



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – DCET
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE DA ARQUITETURA:
PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO

MACAPÁ/AMAPÁ
2018



OLGACI BARBOSA PACHECO

**PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE DA ARQUITETURA:
PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Orientador Professor Mestre Felipe Moreira Azevedo.

MACAPÁ/AMAPÁ

2018



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

Pacheco, Olgaci Barbosa.

Preservação da memória e identidade da arquitetura: proposta de revitalização da Escola Barão do Rio Branco / Olgaci Barbosa Pacheco; orientador, Felipe Moreira Azevedo. – Macapá, 2018.

90 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

1. Patrimônio. 2. Revitalização - Escola Barão do Rio Branco. 3. Preservação - Memória. 4. Arquitetura - Identidade. 5. I. Azevedo, Felipe Moreira, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

711.5 P116p

CDD: 22. ed.

FOLHA DE APROVAÇÃO

OLGACI BARBOSA PACHECO

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE DA ARQUITETURA: PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DA ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Felipe Moreira Azevedo

Universidade Federal do Amapá

Prof. Msc. Oscarito Antunes do Nascimento

Universidade Federal do Amapá

Profª. Msc/Dra. Fátima Maria Andrade Pelaes

Universidade Federal do Amapá

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus pela oportunidade de realizar este sonho, aos meus pais Henrique Ramos Pacheco, Iraci Barbosa Pacheco que estão sempre ao meu lado transmitindo força espiritual, e todos os meus familiares que vibraram pela minha vitória.

AGRADECIMENTO

Ao Senhor Jesus Cristo, por esta sempre ao meu lado acompanhando a minha luta, orientando o que devo fazer na hora difícil da minha vida.

Ao meu companheiro Gecenildo S. Delgado e ao meu filho Maike Gledson P. Delgado, por está sempre ao meu lado me apoiando para realizar mais essa conquista.

Ao meu orientador Felipe Moreira Azevedo, pela paciência de me ouvir, de entender as dificuldades encontradas no caminhar da pesquisa, contribuindo com as suas experiências.

Aos professores da UNIFAP, por compartilhar seus conhecimentos.

Aos meus amigos Professor (a) Socorro, Aroldo que sempre estiveram ao meu lado contribuindo para o desenvolvimento do trabalho.

Ao toda equipe DAVAR Construções LTDA, por ter cedido espaço para aprendizagem, contribuindo informações para minha vida profissional.

Em fim a todos que contribuíram para realização deste trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Escola Estadual Barão do Rio Branco.....	17
Figura 2 Igreja São José de Macapá	17
Figura 3 Museu Joaquim Caetano da Silva.....	17
Figura 4 Fortaleza São José de Macapá.....	17
Figura 5 Prédio do Colégio Amapaense em 1947.....	31
Figura 6 Posterior do Bloco do Colégio Amapaense.....	31
Figura 7 Segundo Bloco do Colégio Amapaense em 1967.....	32
Figura 8 Conclusão da Obra em 1970 do CA.....	32
Figura 9 Piso do CA	32
Figura 10- Piso do CA.....	32
Figura 11- Piso do CA.....	32
Figura 12- Escada que dão acesso aos pavimentos.....	33
Figura 13- Esquadria Basculante.....	33
Figura 14- Antiga Quadra Esportiva do CA utilizada para Laboratório.....	33
Figura 15- Estacionamento.....	33
Figura 16- Instituto Estadual Carlos Gomes.....	35
Figura 17- Fachada Principal do Prédio Central do Instituto Carlos Gomes.....	35
Figura 18: Prédio Residencial do Governador.....	40
Figura 19- Prédio aonde Funcionava Grupo Escolar de Macapá.....	40
Figura 20- Hotel de Macapá.....	40
Figura 21- Residenciais para Funcionários.....	40
Figura 22- Planta Baixa Original do Grupo Escolar.....	41
Figura 23- Planta Baixa Original do Pavimento Superior do Grupo Escolar	41
Figura 24- Localização do Terreno do Objeto do Estudo.....	41
Figura 25- Primeiro Prédio do Grupo Escolar de Macapá.....	42
Figura 26- Segundo Prédio do Grupo Escolar de Macapá.....	42
Figura 27- Barracão de Madeira Cine Territorial.....	43
Figura 28- Construção da Escola Barão do Rio Branco.....	44
Figura 29- Prédio atual da Escola Barão do Rio Branco.....	45
Figura 30- Antigo Cine Territorial.....	45
Figura 31- Planta Baixa das Reformas.....	45
Figura 32- Vista Lateral do Lado Direito do Primeiro Anexo.....	46
Figura 33- Vista do Lado Esquerdo do 2º Anexo.....	46
Figura 34- Planta Baixa Atual.....	46
Figura 35- Prédio Alugado aonde funciona E. E Barão do Rio Branco.....	48
Figura 36- Escola Estadual Barão do Rio Branco na Avenida FAB.....	48
Figura 37- Portão quebrado que dar acesso ao Estacionamento.....	48
Figura 38- Vãos Arqueados do Primeiro Pavimento.....	49
Figura 39- Reentrância Frontal e Marquise da Fachada Principal.....	49
Figura 40- Vãos Arqueados do Anexo B.....	50
Figura 41- Janela Basculante de Metal e Vidro.....	50
Figura 42- Pilar do Bloco C.....	50
Figura 43- Modelo de Mapa de Danos.....	51
Figura 44- Bloco do Anexo B.....	53
Figura 45- Estrutura do Lado Esquerda do Prédio.....	54
Figura 46- Madeira apodrecida do Telhado.....	54
Figura 47- Escada Principal trincado.....	54
Figura 48- Corrimão com Pintura desgatado.....	54

Figura 49- Corrimão com erosão.....	54
Figura 50- Cerâmica quebrada do piso.....	55
Figura 51- Fungos na parede da Sala de Aula.....	55
Figura 52- Palco do Auditório.....	55
Figura 53- Forro do Auditório.....	55
Figura 54- Corredor Central.....	55
Figura 55- Forro do Refeitório.....	56
Figura 56- Porta do Refeitório.....	56
Figura 57- Manchas Eflorescência no piso do Refeitório.....	56
Figura 58- Fungos na parede da Sala de Aula.....	56
Figura 59- Reboco dos vãos das esquadrias desgada.....	56
Figura 60- Rachadura na parte superior da porta.....	56
Figura 61- Reboco da parede deteriorada.....	57
Figura 62- Deslocamento da película da tinta.....	57
Figura 63- Cupins nos caixilhos.....	57
Figura 64- Janelas danificadas.....	57
Figura 65- Trinca próximo ao rodapé.....	57
Figura 66- Forro do corredor.....	57
Figura 67- Fachada leste do Bloco Principal.....	58
Figura 68- Fissura próximo ao telhado.....	58
Figura 69- Janela do Auditório.....	58
Figura 70- Parede do Auditório com mico-organismos.....	58
Figura 71- Pilar do Bloco C.....	58
Figura 72- Parede anterior do Bloco Principal.....	58
Figura 73- Parede posterior do Refeitório.....	58
Figura 74- Parede posterior da Copa.....	59
Figura 75- Parede lateral da Sala de Aula.....	59
Figura 76- Telhado da Passarela.....	59
Figura 77- Forro do Corredor.....	59
Figura 78- Parede do Corredor do Bloco D.....	59
Figura 79- Beiral do Auditório.....	60
Figura 80- Estrutura posterior do Bloco B.....	60
Figura 81- Pilar do lado esquerdo do Bloco Principal.....	60
Figura 82- Mapa do Brasil.....	63
Figura 83- Mapa do Amapá.....	63
Figura 84- Localização – Escola Barão do Rio Branco.....	63
Figura 85- Levantamento do Entorno - Skyline.....	64
Figura 86- Muro da Escola Antônio Pontes – Skyline	64
Figura 87- SEMAST – Skyline	64
Figura 88- SUPERFACIL – Skyline.....	65
Figura 89- Levantamento Geral do Entorno.....	65
Figura 90- Organograma do Bloco Principal.....	73
Figura 91- Organograma do Bloco A e Bloco C.....	74
Figura 92- Organograma do Bloco B e Bloco D.....	75
Figura 93- Organograma do Bloco do 1º Pavimento.....	76
Figura 94- Planta Baixa de à Construir e à Demolir.....	77
Figura 95- Planta Baixa de à Construir e à Demolir do 1º Pavimento.....	78
Figura 96- Planta Baixa da Proposta.....	79
Figura 97- Planta de Paisagismo.....	86
Figura 98- Legenda de Código.....	86

LISTA DE TABELA

QUADRO 01 – Solução para Patologia.....	53
QUADRO 02- Densidade de Ocupação do Setor Comercial.....	66
QUADRO 03- Quadro de Usos e Atividades (folha1).....	66
QUADRO 04- Tabela de Setorização e Pré-Dimensionamento.....	70
QUADRO 05- Paisagismo.....	87

LISTA DE GRÁFICO

GRAFICO 01 – Patologias existentes na edificação.....	52
---	----

LISTA DE SIGLAS

FIDS - Fichas de Identificação de Danos

IECG - Instituto Estadual Carlos Gomes

CA - Colégio Amapaense

EEBRB – Escola Estadual Barão do Rio Branco

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SEINF - Secretaria de Infraestrutura do Estado

ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios

TFA - Território Federal do Amapá

AP – Amapá

SEED – Secretária Estadual de Educação

PMM - Prefeitura Municipal de Macapá

NBR - Norma Brasileira da ABNT

CAD – Engenharia de Produção

RESUMO

O presente trabalho discute sobre a preservação de edifícios considerados Patrimônio Histórico Arquitetônico. A Escola Estadual Barão do Rio Branco, é um dos exemplares da época Neocolonial localizado no centro histórico de Macapá/AP. A análise dos atuais preceitos de revitalização e sua aplicação em projetos de intervenção em prédios de interesse deve suceder a uma profunda pesquisa histórica e arquitetônica sobre esses, sendo ponto fundamental para um efetivo e responsável início do processo de preservação de testemunho do passado. Alguns temas básicos, como o conceito de preservação, memória e identidade do patrimônio, além de um exame da arquitetura da cidade de Macapá, antiga “Bacabas” foram abordados, a fim de delimitar o campo da presente análise. Cada etapa da montagem necessária para elaboração deste trabalho de revitalização está inserida ao valor Patrimonial, importante para as pessoas, sendo ímpar e essencial à construção do presente estudo de caso. Os procedimentos metodológicos adotados seguem o que prescreve o IBA (Inventário de Bens Arquitetônicos), um manual elaborado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o que prevê as Cartas Patrimoniais sobre intervenção em bens históricos e, especificamente sobre levantamento arquitetônico. O objetivo deste estudo é levantar dados relativos à edificação da Escola Estadual Barão do Rio Branco considerando os seguintes aspectos: arquitetura, materiais empregados e o conforto humano da edificação. A finalidade deste trabalho é buscar a elaboração de uma proposta que seja adequada às novas normas e padrões escolares, objetivando, também, a preservação dos elementos estético-funcionais de sua composição arquitetônica.

Palavras-chave: Patrimônio; Revitalização; Preservação da Memória; Neocolonial; Escola Estadual Barão do Rio Branco.

ABSTRACT

The present work deals with questions related to the remodeling of buildings that are considered Historic Architectural Heritage. For this, it is used as a case study. The Barão do Rio Branco State School is one of the outstanding examples of the Neocolonial style, located in the historic center of Macapá / AP. The analysis of the current precepts of revitalization and its application in intervention projects in buildings of interest must succeed to a deep historical and architectural research on these, being fundamental point for an effective and responsible beginning of the process of preservation of testimony of the past. Some basic themes, such as the concept of preservation, memory and identity of historical heritage, restoration, revitalization, and an examination of the architecture of the city of Macapá, old "Bacabas", were approached in order to delimit the field of the present analysis . The assembly of the necessary stages for the elaboration of the Inventory for Restoration of Buildings of Patrimonial Value is guided by already existing publications and is based on the work of systematization of the steps prescribed by these and the updating of the methods of construction of the desired knowledge. Each stage of this process has unique importance and is essential to the construction of the dossier. The methodological procedures adopted follow the IBA (Inventory of Architectural Assets), a manual elaborated by the IPHAN (Institute of National Historical and Artistic Heritage), which provides for the Patrimonial Letters on the restoration of historical assets and specifically on architectural survey . The objective of this study is to collect data on the construction of the Barão do Rio Branco State School considering the following aspects: architecture, materials used and human comfort of the building. The purpose of this work is to propose to the space the permanence of the original Architectural Project and to change, if necessary, to contribute to the well-being of its users.

Key words: Patrimony; Revitalization; Memory Preservation; Barão State School of Rio Branco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. PARTIMÔNIO E ARQUITETURA.....	16
1.1 DA ORIGEM, DO CONCEITO E DA ANÁLISE DO PATRIMÔNIO.....	22
1.2 DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO.....	26
1.3 A ESCOLA COMO LUGAR DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	28
1.4 EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA.....	37
2. O CASO DA ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO.....	39
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	39
2.2 LINGUAGEM ARQUITETÔNICA	49
2.3 REPRESENTAÇÃO DOS AGENTES.....	50
3. MEMORIAL DA PROPOSTA ARQUITETÔNICA.....	61
3.1 ESTUDO DO TERRENO ENTORNO.....	63
3.2 NORMAS.....	67
3.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES, SETORIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO.....	69
3.4 ESQUEMATIZAÇÃO	72
3.5 PROPOSTA.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE.....	95
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Barão do Rio Branco, assim como demais prédios: a Igreja São José, o Museu Joaquim Caetano da Silva, e a Fortaleza São José de Macapá, conseguiram ultrapassar décadas, que deixaram marcas de uma determinada sociedade. Em 1994 surgiu a primeira escola em alvenaria, no então governo de Janary Gentil Nunes, que consiste em uma arquitetura de grande valor patrimonial, referencial a educação, que contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Macapá.

Esta possui bens arquitetônicos que representam momentos históricos que estão sendo descaracterizados e desvalorizados, devido o descaso governamental, e da consciência da comunidade em geral.

Com base a este argumento, a referente pesquisa tem com objetivo geral propor um estudo de revitalização para a Escola Estadual Barão do Rio Branco. Adequado às normas e padrões escolares; preservando a sua característica neocolonial, a fim de evitar a perda da identidade e seu vínculo com o passado. Assim os alunos, professores e todos os amapaenses ganham com a preservação dessa obra, agregando valor patrimonial, educacional, com a mesma funcionalidade institucional.

Para realização do trabalho foi adotado como metodologia coleta de dados, realizado através de pesquisa bibliográfica referente ao patrimônio, teoria em autores que tratam de tema semelhante, e também por meio de documentos governamentais e registros fotográficos.

Além disso, abordam-se análises tipológicas, formais, técnicas e estruturais do prédio que contribuíram para a elaboração de um estudo que ofereça a melhor compreensão de conceitos, critérios e terminologias referentes à preservação de um prédio com valor cultural.

A metodologia adotada baseou-se em uma pesquisa teórica fundamentada na leitura de linhas de intervenção existentes e na legislação que aborda o tema “patrimonial”, a fim de elaborar através desses dados teóricos, os conceitos utilizados no projeto. Desta forma, procurou-se selecionar alguns referenciais teóricos para a elaboração da bibliografia utilizada como referencial teórico, a saber, Cesare Brandi, Alois Riegl, Viollet-le-Duc, John Ruskin, entre outros.

Além disso, foi utilizada a carta de Burra que aborda questões relativas ao patrimônio cultural. Depois de concluída a última etapa da metodologia, foi possível elaborar a interligação do contexto teórico com a elaboração do projeto arquitetônico da escola.

A ideia de investigar os conceitos e critérios que norteiam um projeto de intervenção surgiu depois de concluir a Disciplina de Técnicas Retrospectivas, no 5º semestre, aplicada no

contexto acadêmico no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Amapá.

Objetivo é levantar os dados relativos à reconstrução da edificação histórica da Escola Estadual Barão do Rio Branco, considerando determinados aspectos, como: através de levantamento *in loco* da edificação, são mostrados elementos presentes na arquitetura, materiais utilizados em sua construção, considerando-se o espaço analisado e traçando um paralelo com as tendências atuais para a arquitetura, soluções, materiais e técnicas utilizadas que poderão viabilizar a utilização do imóvel.

Será feita uma análise da intervenção realizada na Escola Estadual Barão do Rio Branco, localizado no centro de Macapá. A escolha deste imóvel deu-se, visto o seu relevante valor histórico e cultural, justificando assim sua análise. São abordadas as características do edifício, o projeto, e exposição dos ambientes.

A partir do exposto e para o cumprimento dos objetivos propostos, a monografia foi estruturada em 03 capítulos. O capítulo 1 refere-se a temas voltados ao conjunto arquitetônico, material e histórico do Patrimônio local, considerando a permanente necessidade da intervenção de edificações históricas, em consonância a legislação que orienta tais políticas públicas. Dessa forma, apresenta-se, inicialmente, uma sistematização sobre a origem, conceito e definições de Patrimônio, tratando ainda da preservação arquitetônica, com ênfase nas escolas como lugar de história, memória e identidade, trazendo estudos de caso similares, abordando suas funções educativas.

O capítulo 2 traz uma abordagem sobre a Escola Barão do Rio Branco, descrevendo o contexto histórico, linguagem arquitetônica dos seus elementos estético-funcionais, e representação dos agentes de danos atuais. Posteriormente o capítulo 3 mostra o estudo da proposta arquitetônica, analisando o terreno, programa de necessidades, setorização e dimensionamento, esquematização e proposta. Onde através de uma investigação qualitativa, procura ressaltar as principais pontualidades arquitetônicas da edificação. Revela-se o desempenho artístico sobre o prédio hoje, discorrendo-se uma análise que aborda a sua localização, os materiais, a intervenção revitalizadora, descrevendo-se a parte física do prédio e lançando a proposta de sua preservação.

1. PATRIMÔNIO E ARQUITETURA

A história e a cultura material de uma determinada sociedade podem ser reconstruídas a partir de seus enunciados estéticos e arquitetônicos, tomando-se como exemplo a história de uma cidade e suas inúmeras formas de transmissão, como seus costumes, crenças, cultura, e artes, dentre as quais construções e características arquitetônicas. Estes elementos servem de auxílio para seu estudo, desde que inseridos em uma finalidade sociocultural voltada ao reconhecimento da identidade local, permitindo conhecer, admirar e entender, não só a evolução da ciência construtiva, mas os pensamentos e hábitos existentes no passado, mantendo viva a lembrança e valores no decorrer da história.

Historicamente, a problemática da valorização, preservação e intervenção do Patrimônio Histórico, é um tema que ganha relevância acadêmica e torna-se uma das variáveis das políticas dos Estados Nações ao longo do Século XIX, com um pensamento que segundo Telles (2012) estava estruturado sobre as referências da construção de uma identidade nacional. Afora essa atmosfera cultural, um contexto marcado pela Revolução Industrial, guerras e revoluções, causara graves danos aos acervos arquitetônicos, já que muitos conflitos eram travados nos próprios espaços urbanos, exigindo uma intervenção técnica e governamental, no sentido de reconstituir esses espaços e monumentos, a fim de preservá-los. Na Europa, o Congresso de Atenas, realizado em 1931, foi a primeira reunião de caráter internacional, com a pauta de discutir princípios e métodos que iriam subsidiar as políticas de preservação e valorização dos bens culturais. Neste sentido, convencionou-se tratar como principal objeto de interesse das nações europeias, a noção de “monumento”, entendido como um edifício maior, obra-prima da arquitetura, ou de valor arqueológico ou histórico excepcional (TELLES, 2012).

No Brasil, a primeira iniciativa governamental dedicada a valorização e a preservação do patrimônio histórico-cultural surge no ano de 1937, cujo marco é a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, desenvolvendo um trabalho de sensibilização da população quanto a importância dos acervos culturais que compõem e identificam a cultura brasileira, num momento de afirmação da memória e da identidade nacional, típico com os condicionantes ideológicos do panorama sociocultural brasileiro dos anos 1930, conforme a Edição Comemorativa da Fundação (EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2014).

Atualmente, sobretudo a partir da década de 80, do século XX, o conceito de patrimônio cultural foi ampliado, no mesmo sentido da política cultural como um todo, onde,

Magalhães (2015, p.11) definiu que bem cultural, “implica por princípio numa antidefinição, dada a multiplicidade das manifestações que emergem das estruturas sociais formadoras da civilização brasileira”. Demarcando assim a inclusão de novos componentes representativos da cultura popular e dos modos do fazer tradicional, com manifestações artísticas e religiosas das mais diferentes matrizes, desde as referências etnográficas da cultura indígena, até as africanidades, etc.

Neste sentido, Macapá configura-se como uma cidade dotada de heranças arquitetônicas e urbanísticas que revelam o seu passado, bem como sua história e diversidade cultural. Entretanto, a mesma apresenta um notório descaso no que toca ao aspecto patrimonial, como é possível observar no caso da Escola Barão do Rio Branco, escolhida como objeto de investigação, e de outros edifícios como a Igreja São José, o Museu histórico Joaquim Caetano da Silva, a Fortaleza São José de Macapá (figuras 01, 02, 03 e 04), que, por sua vez, constroem a herança de uma existência cheia de contrastes, em que o passado e o presente são testemunhados em seus prédios e obras paisagísticas, sendo a Fortaleza São José de Macapá, sua mais conhecida referência, inscrita hoje na Lista do Patrimônio Mundial desde 1953 (IPHAN, 2009).

Figuras 01, 02, 03 e 04: Escola Estadual Barão do Rio Branco, Igreja São José de Macapá, Museu Joaquim Caetano da Silva e a Fortaleza São José de Macapá, respectivamente.



Fonte: Porta-retrato-blogspot.com

No presente estudo, busca-se tratar de alguns pontos problemáticos sob a ótica da revitalização e conservação de edificações de caráter histórico. Os edifícios são aqui registrados como imóveis de notório interesse arquitetônico, com sua multiplicidade de expressões simbólicas e componentes artísticos e estéticos capazes de revelar elementos da expressão cultural das gerações passadas, de construções com importante valor para a sociedade que o assimila como um monumento significativo de sua história e memória coletiva (BORDIEU, 1999), reelaborada em cada aspecto de seu cotidiano, manobrando seu passado, refletindo deste modo, a sua identidade cultural, naquilo que denomina-se de representações ou construções simbólicas.

Com isso, busca-se a reflexão sobre a importância do uso da recuperação e de suas técnicas na reciclagem dos imóveis tornando-os confortáveis, acessíveis, condizentes para a finalidade a que se destinam, apontando para a segurança e harmonia arquitetônica e qualidade de vida de seus usuários. Para melhor caracterização e entendimento sobre a relevância da cultura arquitetônica de Macapá, é abordada, de maneira mais aprofundada, sua história, desenvolvimento social e econômico, bem como a história da arquitetura; imprimindo a personalidade da sociedade da época de construção da Escola, em seus casarões, ruas e edifícios.

São apontados elementos que corroboram a importância da arquitetura neocolonial na história, tanto da cidade quanto no país. Suscitados também aspectos referentes à revitalização, suas teorias e importâncias, buscando a conscientização da relevância da preservação do patrimônio arquitetônico para o acervo material cultural em foco neste estudo, conforme a legislação específica. De acordo com o Artigo 216º da Constituição Federal de 1988, o Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro é conceituado como:

Patrimônio cultural material e imaterial, como os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico¹.

Esta é, portanto, a legislação que normatiza a preservação deste tipo de edificações, como é o caso do prédio desta unidade escolar, que preserva características arquitetônicas da fase do Amapá-Território (1943-1988), como informa o historiador amapaense Fernando

¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 27/10/2017.

Rodrigues dos Santos². Em uma fase de implantação, tida como importante elemento fundador deste ente sociojurídico e cultural, denominado, Amapá, que nasce sob a ingerência direta do poder estatal, elemento latente em cada aspecto de seu conjunto arquitetônico e urbanístico, no qual o Estado apresenta-se como elemento norteador do processo de sociabilidade, marcada pela noção de corporativo e harmônico, típico dos modelos autoritários, cujas formas institucionais do exercício da dominação política, engendram-se em todos os níveis do universo social.

Com isto, foi possível abordar um estudo a respeito dos conceitos e critérios pertinentes a definição e elaboração de um projeto arquitetônico em prédios de valor histórico. Apresentando como modelo de estudo, um projeto de intervenção arquitetônica, que será realizado no referido objeto de estudo. O interesse por prédios antigos e sua preservação foi um fator determinante para a escolha do tema a ser desenvolvido, pois é importante destacar que a preservação das características históricas das cidades e a busca de uma conscientização de que a preservação do seu patrimônio arquitetônico, histórico e cultural, não só retrata a história de uma época, como também contribui de forma muito expressiva para sua qualidade visual.

Nesse sentido, a problematização das questões relativas às motivações para a conservação e usos atribuídos ao patrimônio na sociedade contemporânea, tendo em vista o exponencial crescimento do que se considera patrimônio cultural, sua extensão territorial e o aumento de seu público em grande escala, torna-se imprescindível fazer uma reflexão sobre as diferentes formas de preservação da memória e ainda sobre o aparato teórico-conceitual, bem como sobre as práticas de intervenções empreendidas em favor da manutenção dos suportes materiais dessas memórias.

Buscando a formação de uma base teórica sólida para a compreensão e desenvolvimento do tema deste estudo, viu-se como necessário, utilizar como base as normas e recomendações legais existentes e linhas de intervenção, baseado nos teóricos que abordam esse assunto. Muller (2006) discutiu a questão do patrimônio histórico e cultural das cidades, porém existe certa dificuldade em encontrar critérios e conceitos que aliem a temática teórica de conservação e preservação com a escolha de formas de intervenção aplicáveis a estes bens.

Portanto, na busca desses conceitos e critérios, elaborou-se uma pesquisa baseada na interligação desses dois elementos formadores das diretrizes (teoria e prática) para a elaboração de um projeto coerente de intervenção em um patrimônio edificado. Pois, a

² Dados fornecidos através de entrevista a discente Olgaci Barbosa Pacheco, no dia 18/05 2017.

concepção de um projeto desta natureza, implica numa série de posicionamentos e definições por parte do responsável pelo desenvolvimento do projeto em relação aos fundamentos teóricos (sempre baseados na legislação vigente e linha de intervenção a ser seguida), para a formação de uma base de projeto sólida.

No estudo, portanto, visa-se identificar a importância de disponibilizar um trabalho, que destaque a preocupação com o patrimônio histórico e cultural, descrevendo e abordando o acervo teórico relativo ao tema. A definição das informações, documentação e procedimentos que são necessários para a elaboração de um projeto de preservação e recuperação de um bem imóvel de valor histórico, cultural e arquitetônico; interligando o embasamento teórico e o uso de soluções e intervenções aplicáveis ao projeto, objetivando especificamente a relação entre o aspecto legal referente ao tema escolhido, com as correntes teóricas que abrangem a questão do patrimônio histórico e cultural (englobando uma pesquisa histórica, arquivística e bibliográfica do bem).

Este pensamento contraria as previsões dos futuristas do início do século XX, que proclamavam o caráter obsoleto das construções antigas, face ao progresso cultural e tecnológico, as edificações históricas vivenciaram, ao longo das últimas décadas, uma valorização sem precedentes. Esse fenômeno, embora com um incontestável componente cultural, foi em larga escala potencializado por fatores de ordem socioeconômica, nomeadamente, pelo crescimento das indústrias do lazer e do turismo cultural (BARRANHA, 2003).

Nesse processo, as construções históricas assumem um papel relevante, pois conferem visibilidade às pesquisas estéticas, construtivas e conceituais do presente, constituindo territórios de cruzamento entre as atuais tendências da arquitetura (BARRANHA, 2003). Paralelamente, os prédios históricos, ou seja, de caráter cultural, tendem a constituir-se como elemento presente no espaço urbano, tanto do ponto de vista funcional como simbólico, assumindo, frequentemente, o estatuto de monumentos capazes de atrair verdadeiras multidões de visitantes e de atuar como fator de prestígio e promoção (BARRANHA, 2003).

O conceito de revitalização significa tentar agregar um novo valor - o cultural - ao processo de produção, para atrair outros tipos de investidores e superar a escassez local de recursos financeiros. Nota-se que poucos são os projetos que não propõem mudanças profundas nos tecidos urbanos e nas edificações antigas. Partindo desse pensar, claro está que, em todo projeto de revitalização, espera-se uma proposta de mudanças no uso do imóvel, porém é importante deixar evidenciado que não se deve negligenciar que é extremamente

necessário um estudo apurado, a fim de constatar se é possível, morfologicamente, esta mudança, sem prejuízos às características do mesmo. A escola, objeto de estudo, Barão do Rio Branco, possui aspectos arquitetônicos harmonizados ao seu entorno urbanístico, remonta um período histórico importante, a criação e implantação da administração territorial, na década de 40, do século XX, o que reflete uma concepção de sociedade e sua relação com o Estado, numa perspectiva autoritária, em voga àquela época.

O elo afetivo da população com o espaço poderia, então, ser diluído na força dessa representação ou manifestado de forma exclusivamente negativa, considerando as associações já referidas. Fonseca (1997, p.57), referindo-se ao prédio onde atualmente funciona o Macapá Hotel, a antiga Prefeitura, afirma: “Está claro para o observador de hoje que a população local não usufrui/utiliza e não se identifica legitimamente com o patrimônio que retrata a história oficial nacional”. Da mesma forma, a escolha de uma igreja como ícone de representação dos significados do patrimônio para a população poderia se restringir à carga emocional associada à religião ou a entidades místicas.

Além disso, os valores artísticos de grande notoriedade que diferenciam ainda mais essas edificações poderiam influenciar nas dificuldades de generalização, comprometendo seu resultado. Entretanto, a escolha da Escola Estadual Barão do Rio Branco não ocorreu apenas por abandono. A edificação guarda características especiais que influenciaram sua adoção como fonte de estudo. Por outro lado, o espaço público, como no caso do prédio da Escola, oferece contradições interessantes, que podem ser fecundas para os efeitos do desenvolvimento da pesquisa.

A utilização do edifício direcionada para a atividade educativa, como instituição de ensino do ex-Território Federal do Amapá, também é relevante como fonte de compreensão dos significados associados do patrimônio arquitetônico e urbanístico, convencionalmente relacionados aos elementos de valor histórico de cunho identidade da população local. Além disso, o fato do prédio estar em péssima situação de infraestrutura e de descaso do poder público, por mais de quatro anos fechada, segundo a própria Secretaria de Estado da Educação (SEED), e sem acesso a população local, em especial a comunidade escolar, e a espera de uma reforma que não vem, encerra considerável carga dramática. Na ausência da integridade das instalações da escola, bem como a importância que cercava sua existência parece mais nítida para a população, considerando que é mais frequente valorizar com mais ênfase aquilo que se perde (GRAMMONT, 2005).

1. 1. DA ORIGEM, DO CONCEITO E DA ANÁLISE DO PATRIMÔNIO.

Em vista de se investigar sobre patrimônio histórico vale elucidar a importância e o valor semântico construído em torno dessa categoria conforme tem sido preconizado pela literatura vigente.

Sobre o que vem a ser “patrimônio” vale elucidar os sentidos alinhados por Choay (2001, p. 11) que assim o define:

Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico etc.) que fizeram dela um conceito "nômade", ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante.

Visto sob essa perspectiva entende-se que se trata de uma denominação que envolve a priori a uma estrutura organizacional que advém de várias condições envolvendo os bens criados por uma dada sociedade como forma de se situar no tempo e no espaço.

Seguindo essa cronologia cabe nesse contexto ampliar esse sentido tendo como base o que preconiza Rocha (2012, p. 1):

Geralmente quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente a patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas a sentido de herança. Refere-se também aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais.

Para tanto, entende-se que “patrimônio” não se refere apenas a uma forma, mas a um lugar de representações que demarcam: memórias, identidades e pertencimentos. Sendo, portanto essa, segundo Choay (2001) uma instituição e uma mentalidade quando se refere a patrimônio histórico.

De forma mais ampla Choay (2001, p. 12) explica o sentido de patrimônio histórico ao afirmar:

Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos. O patrimônio histórico representado pelas edificações. Em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são mais sinônimos. A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam serão parte de uma herança que não para de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior dos quais esses bens se inscrevem.

Frente a essa assertiva fica subtendido que não se pode pensar o “patrimônio” como um lugar, sob o qual se molda em forma de edificação. Segundo Pelegrini (2007, p. 3 *apud* ROCHA, 2012, p. 4): “Patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de

pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos, sentimento esse que acaba por assegurar uma identidade cultural”.

Nesse contexto evidencia-se a necessidade de se entender que o termo/expressão “Patrimônio” configura não apenas a objetividade do bem material, mas um lugar que guarda a história de uma dada sociedade quanto a sua cultura, economia e a subjetividade guardada na memória de um grupo de pessoas, de uma população como forma de manter e preservar sua identidade, o que implica em dizer que o termo “patrimônio” não se refere à ideia de “bem” apenas, mas diz respeito ao lugar que demarca as raízes e a identidade de um povo (HALBWACHS, 2004, p.53 - 55). Como base tal ao dizer que:

O quadro material de uma cidade nos ajuda a reconstituir as lembranças que estão adormecidas/esquecidas, contudo elas não podem ser entendidas como um retrato fiel do passado, pois estão sujeitas as influências do modo como percebemos o que nos rodeia na contemporaneidade.

Esse recorte evidencia ser o patrimônio uma das formas encontradas pelo homem para demarcar seu território: se constitui enquanto meio de identidade social de uma população que, a partir da memória coletiva evocada com base na relação com seu patrimônio (ROLIM, 2013). Como base nesse recorte pode-se aferir que:

O Patrimônio corresponde a uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo à comunidade e aos indivíduos que a integram compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e se situam na contemporaneidade (ROLLIM, 2013, p. 11).

Dessa forma o patrimônio, uma das formas mais representativas de uma sociedade, é importante, pois através desse se materializam a história, a memória e a identidade dessas. Carrega a subjetividade existente no pensamento e no modo de ser dessa. São ícones repositórios da memória permitindo, que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008).

Em relação a essa condição vale ressaltar que visto sob essa perspectiva, o patrimônio histórico perpassa por meio do “bem” como arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade (OLIVEIRA; LOURES, 2008, APUD ROCHA, 2012).

Diante dessa prerrogativa há de se ressaltar ainda que:

O Patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculada a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. A preocupação em protegê-los começou no início do século XX. No Brasil, as primeiras medidas oficiais surgiram em 1936, a partir de um anteprojeto de Mario de Andrade e alguns intelectuais de época, com suas

concepções sobre arte historia tradição à nação, através da criação do SPHAN - Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ROCHA, 2012, p.2).

O Patrimônio insere-se segundo Candau (2011), como um importante elemento da cultura e da história das sociedades, cumprindo a função da memória, enquanto reconstrução continuamente atualizada do passado, numa tentativa deliberada de criar um sentimento de estar em um determinado lugar de vivência e experiência que possui um enquadramento e um conteúdo do presente, reforçado e legitimado pelas imagens, símbolos ou (re) construções do passado, demarcando um território social, cultural e político, sendo uma referência de pertencimento e de identidade, seja em relação a um grupo social ou a uma cultura. Assim, o patrimônio tem a importância de ser um tema que vem cada vez mais encontrando acolhimento no campo da ciência à medida que se tornou objeto de pesquisa de muitos estudos, como é o campo da arquitetura.

O Decreto nº 3.551/2000 institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza materiais cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão governamental responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, “o Registro é sempre o retrato de um momento, que deve ser refeito periodicamente, a fim de que se possam acompanhar as adaptações e as transformações que o processo cultural opera nessas manifestações. Esse reexame também é importante para o monitoramento e a avaliação dos impactos gerados pela declaração desses bens como patrimônio cultural do país” (IPHAN, 2010).

Tomando como base essa premissa, cabe elucidar a explicação dada por John (2013, p. 320) ao destacar a necessidade de se compreender o que de fato se constitui patrimônio:

O patrimônio Histórico e Cultural constituído por bens materiais e imateriais impregnados de um valor simbólico para a comunidade representa a memória que foi valorizada e materializada pelos poderes constituídos ao longo do tempo. A vivência de um período histórico marcado por uma legislação democrática garante que novas perspectivas possam ser construídas em vista de memorização de uma história mais significativa especialmente de quem e para quem historicamente foi deixada de lado: os mais pobres, os explorados, os dominados. Além disso, permite que a sociedade e os órgãos públicos na contemporaneidade possam desenvolver ações adequadas que fortalecem a identificação, a valorização e a preservação da memória dos lugares de memória, dentro desta nova perspectiva histórica.

Diante dessa prerrogativa entende-se que surge assim, uma nova forma de pensar o patrimônio, que não é mais aquela visão tradicional, a da construção, da imponência de uma época ou de uma dada sociedade, mais lugares que revelam pertencimento, memórias e identidades. Não mais uma estrutura cujo sentido se relativizava apenas na forma, ou seja, na estrutura das culturas, isso se falando do material.

É sob essa linha de pensamento que se tem mobilizado para a discussão do “patrimônio”, considerando-se suas formas e usos. É, portanto, nessa perspectiva que surge a necessidade de se pontuar como esse vem sendo pensado e entendido no contexto brasileiro.

Em relação ao “patrimônio” no Brasil, tendo como base Carvalho (2011, p. 117):

O tema da Preservação de Patrimônio Histórico no Brasil abrange dois períodos distintos: o que vai de 1937 a 1970 e de 1970 a 1980, e implica, para ser analisada uma visão política da legislação produzida sobre patrimônio histórico e artístico nacional. O instituto do tombamento foi estabelecido pelo Decreto – Lei Federal nº. 25, de 30 de novembro de 1937 época ditatorial de Getúlio Vargas que Organiza e dá proteção ao histórico e artístico nacional.

Frente a esse contexto entende-se que as discussões em torno do “patrimônio” no Brasil são muitas, conforme situado por Carvalho (2011), ou seja, passa a ter visibilidade à medida que se criou uma legislação própria para que se viabilizassem práticas de preservação em relação ao que se denominou de “identidade nacional”, o que remete a ideia de estar “patrimônio” vinculado à premissa de ser esse a representação de um lugar que demarca um período da história cujo status, a priori, era de que esses espaços configurassem os efeitos de uma gestão. Essa é uma concepção que reduz o sentido do que de fato é “patrimônio”.

É nesse caso, o “patrimônio”, um lugar que perpassa pela história, organização e cultura de uma dada sociedade. Portanto, limitar seu significado é torná-lo apenas uma construção, um bem material ou artístico.

Seguindo essa trajetória destaca-se ainda, que no Brasil o termo “patrimônio” passou também a ter visibilidade a partir do movimento modernista, sendo esses os primeiros a mostrarem preocupação com a então denominação de patrimônio cultural nacional (MALTEZ; SOBRINHO; BITTENCOURT at al, 2010, p.41).

Sobre esse percurso elucidada-se que:

No contexto desse movimento artístico, ocorrido no Brasil na década de vinte do século passado, os participantes envolvidos empenharam-se, então, em identificar aspectos e elementos em geral que configurassem um perfil artístico e cultural do País.

Ressalta-se no âmbito dessa discussão que se busca assim fomentar estudos e pesquisas nessa área, mais especificamente no que trata da produção artística, o que acabou por evidenciar a arte como uma produção de estilo, sendo nesse caso imperativo aferir ser o patrimônio uma das principais representações de um dado território, de uma dada cultura, muito embora, de início, esse tenha sido pensado como uma marca da nacionalidade. Nesse sentido, vale ressaltar que, no bojo dessa dinâmica, cria-se assim um movimento em prol de preservar as raízes históricas do país, principalmente em relação à produção artístico cultural.

Para ilustrar essa discussão cita-se a descrição apresentada por John (2012, p. 324) sobre o “patrimônio” no contexto brasileiro:

A trajetória histórica da construção do conceito Patrimônio cultural, no Brasil está vinculada a visão do patrimônio como um bem o Decreto Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, além de criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), definiu que Patrimônio é “o conjunto de bens móveis e imóveis de interesse público” que possuem “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico artístico”.

Com base nesse pressuposto é pertinente que se elucide ser o “patrimônio”, nessa perspectiva, um bem material com a função de guardar a memória nacional, sendo esse considerado a representação dessa identidade. Trata-se assim, de uma estratégia para manter as marcas de sua história, o que torna as obras arquitetônicas e produções artísticas um legado denominado “patrimônio”.

Essa concepção perpassa nesse sentido por uma concepção ampliada do termo, o que de certa forma remete a ideia de serem essas criações que demarcam o território de saberes, criatividade, cultura, história e memória. Constitui-se assim, um instrumento que salvaguarda o lugar que cada sociedade ocupa na história, o que o torna parte da memória de um lugar, do modo de vida de uma civilização, cujo significado demarca a história da humanidade.

Em relação a essa proposição vale considerar ser o “patrimônio” um bem que agrega muitas possibilidades: a de demarcar as raízes de um dado território, bem como de suas histórias, reproduz os traços sociais, culturais, artísticos, arquitetônicos que denotam a história das sociedades, o que nesse caso, é reflexo dessa trajetória. É o “patrimônio” no Brasil um bem que mobiliza desde as chamadas construções de época, a cultura local, às manifestações culturais. Entendida desde uma fonte da arte, para um lugar de memória, de identidade.

Diante do exposto, verifica-se que os bens materiais existentes no Brasil demoraram um bom tempo para serem considerados patrimônios e que o movimento modernista foi considerado um dos aportes para que se começasse a pensar os bens materiais e imateriais que foram construídos e criados ao longo da história da população brasileira.

1.2 DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Compreendendo, portanto, como patrimônio: “todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular” (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 13) elucida-se a necessidade de assegurar a manutenção desse mediante dois processos: a preservação e o tombamento, sendo essas consideradas

ações imperativas para a manutenção não só da estrutura, mas o legado que aquele traz em seu bojo, com destaque para o fato de que:

Construções arquitetônicas de um determinado período guardam muito das experiências e histórias vivenciadas pelas sociedades que as construíram e, por isso mesmo, a preservação da memória coletiva dessas sociedades através da existência desse patrimônio, é uma riqueza que pode ser descoberta por meio da memória, das imagens e da oralidade das personagens que conheceram essas construções no tempo em que elas *pulsavam* através da dinâmica de seus antigos habitantes. [...] (RONIK, 1995, p.18).

Pode-se corroborar tal definição utilizando o que Marilena Choay (2006, p.14) considera como Patrimônio Cultural:

- 1) O conjunto de monumentos e objetos que constituem a memória coletiva;
- 2) As edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade;
- 3) As instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos antigos.

Esse recorte dá a dimensão da importância de se preservar determinadas edificações, o que significa que não se trata apenas de resguardar uma estrutura, mas de manter viva a história desse lugar, das pessoas que por ali passaram ou viveram, bem como as identidades construídas a partir da memória individual ou coletiva de seus habitantes. Corresponde a um bem que abriga diversas histórias e modos de vida, cujas identidades se revelam a partir do lugar que esse representa. Tem a dimensão da subjetividade dos sentidos que se validam a partir das representações sobre o mesmo.

Nesse sentido, é relevante referenciar ainda, o que significa preservar o patrimônio histórico tendo como aporte o pensamento de Lemos (1981, p. 29):

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é fazer levantamento de construções, especialmente àquelas subitamente condenadas ao desaparecimento (LEMOS, 1981, p. 29).

No que tange a esse pressuposto, entende-se que preservar está vinculado a cuidar de espaços ameaçados de funcionar, de se habitar, mas que não podem ser colocados ao chão, tendo em vista que a maioria dos espaços guardam memórias e identidades que demarcam histórias e modo de vida de uma dada população, portanto, ignorá-la é descredenciar toda uma trajetória de vida. O que reforça a experiência humanizante que pode ser proporcionada pelos objetos do patrimônio cultural (HORTA, 1991).

Em relação a essa condição faz-se necessário elucidar que a preservação é um movimento em prol de assegurar a manutenção de uma dada construção como forma de

preservar a identidade do lugar, bem como a dos indivíduos que nele vivem ou viveram, rememorando com esses recursos mnemotécnicas. Diz respeito nesse caso, a uma das principais formas de se manter a memória de uma sociedade perpassada, nesse sentido, pelo processo de preservação, em regra geral, enunciados oficiais voltados para a reprodução de interesses de cunho político ou ideológicos. Logo, a importância de se manter a identidade dos patrimônios históricos, sendo a preservação uma das formas de se proteger essa identidade.

Preservar significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por outra que possa lhe ocasionar dano. Conservar significa manter, guardar para que haja uma permanência no tempo. Desde que guardar é diferente de resguardar, preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar o patrimônio implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural. Isso pode, às vezes, significar a necessidade de ressemantização do bem considerado patrimônio, e é nesse terreno que se dá a discussão (BARRETTO, 2000, p. 15 *APUD* SOUZA; BAHL, 2011, P. 28).

Vista sob essa perspectiva, é pertinente destacar que preservar tem um sentido que agrega o cuidado que se deve ter com um dado patrimônio, principalmente quando esse representa a cultura, a memória e a identidade de um dado local, bem como de sua população. Isso implica dizer que preservar compreende reconhecer a importância de um bem material para uma dada sociedade, principalmente no que tange a resguardar a identidade desse patrimônio através da conservação da estrutura original. Fato esse que configura em dar maior visibilidade ao lugar de representação que esse patrimônio ocupa na memória social de uma dada sociedade.

1.3 A ESCOLA COMO LUGAR DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE.

O que tem se preconizado como patrimônio histórico, é de que se trata de um “bem” que guarda a memória e identidade de uma dada sociedade à medida que, através desse, é possível saber da história, cultura, modos de vida, bem como o pensamento e modo de ser dessa sociedade. Sendo essa uma das premissas de ser esse, portanto, um lugar de pertencimento e representação da memória coletiva.

Dessa forma, fica evidenciada a necessidade de se compreender de que forma esse se torna um dos principais meios de representação de identidade e memória, isto por que: “As comunidades sempre deixam marcas no lugar onde vivem que identificam a sua história individual e coletiva materializando assim, nestes espaços, sua identidade, suas tradições e seus costumes” (JOHN, 2012, p. 320). Fica evidenciado assim, que são essas marcas que

tornam um lugar parte da memória de uma dada sociedade e que faz com que a sua existência se mantenha.

Em relação a essa proposição é importante destacar o que diz Thaíse Sá Freire Rocha (2012, p. 2):

O patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a sua promoção e preservação. A preocupação em protegê-los começou no início do século XX. Foram sendo criadas a partir daí, várias comissões e conferências para estabelecer critérios para proteger e conservar o patrimônio.

Esse recorte demonstra a dimensão de sentidos do que corresponde ser patrimônio, principalmente em relação ao lugar em que esse ocupa na sociedade a qual faz parte, sendo que nesse, estão guardadas a memória e a identidade de sua população, principalmente no que concerne a história, cultura e modos de vida. Essa é uma das principais formas de se manter viva o legado de uma dada comunidade, o que nesse caso perpassa pelo fato de que todo patrimônio é resultado da construção de um ideal social, artístico, histórico e cultural, cuja imagem e estrutura demarcam esse território.

Para o homem do presente, tomado pela premência de preservar e proteger a memória, o patrimônio se torna um requisito básico, visto que, sendo considerado um signo de memória, guarda em sua materialidade ou expressividade lembranças que são suscitadas a cada evocação dos atores sociais (ROLIM, 2013, P.7).

O patrimônio, conforme pontuado, traz em seu bojo, marcas do que cada sociedade constrói ao longo da sua existência e que de alguma forma representam a sua história, cultura, e vida social. Nesse sentido, é relevante pontuar que uma população se reconhece através dos seus patrimônios. É imperativo aferir então que a base de cada sociedade é o que ela cria, produz, sendo essa uma forma de se representar e demarcar os percursos e fatos de sua história.

É, portanto, nesse contexto, que se instauram as várias possibilidades de se encontrar nos patrimônios históricos aspectos que identificam a memória e identidade daquele que habitam no local, onde esse existe. Condição essa que pode-se ilustrar nas palavras de Andrade (2008, p. 570, *APUD* John, 2012, p. 321):

Estes lugares de memória “são verdadeiros patrimônios culturais, projetados simbolicamente e podem estar atrelados a um passado vivo que ainda marca presença e reforça os traços identitários do lugar”. Além dos lugares serem depositários da memória.

Fica nesse contexto evidenciado ser o patrimônio de fato, lugar de memória e identidade, uma vez que em cada lugar se instaura um sentido, uma história, uma arte, um

pensar, bem como legítima o saber de uma sociedade a partir das suas obras, construções, ou seja, cada sociedade traz por natureza um conhecimento que se revela em seu modo de vida, nas estruturas que constroem para se representar, com destaque para os patrimônios, que se tornam a materialização dessa memória e dessa identidade. Sendo, portanto, essa uma das premissas para se considerar que determinados espaços perpassam pelo lugar que cada sociedade ocupa num dado tempo e espaço.

Compreender a preservação do patrimônio é conhecer a história e a memória suscitadas a partir de lembranças evocadas pela existência desse patrimônio, e a preservação dos chamados lugares de memória, devem possuir um sentido para a coletividade, ou seja, o patrimônio histórico deve ter um papel social, e não servirem apenas de exaltação dos nomes daqueles que os construíram. E por isso o estudo desses lugares pode/ deve ser significativo para a construção de saberes históricos (ROLIM, 2013, p. 9).

Fica subtendido nesse contexto que patrimônio está vinculado à memória à medida que a noção de patrimônio remete a herança histórica, a identidade de um lugar, principalmente no que tange a reproduzir os caminhos percorridos por uma determinada sociedade, o que equivale dizer que sempre que se olha para uma determinada construção se ativam vários sentidos e várias histórias, muitas delas guardadas na memória coletiva de sua população (RIEGL, 2006). Trata-se de um território de muitos dizeres e saberes. Para tanto, o patrimônio dá visibilidade as histórias da sociedade, assim como dá vazão as identidades que nela sobressaem, com destaque para o modo de vida, suas histórias e porque não dizer, por carregar certo pertencimento da sua população.

Para ilustrar essa condição destaca-se nesse contexto, o que postula em sua definição como espaços dimensionados por uma diversidade de sentidos, nos quais a arquitetura está associada a um campo conceitual e fenomenológico mais amplo, o de cultura e identidade, dentre os quais destaca-se o Patrimônio:

Geralmente quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente ao patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas sentido de herança. Refere-se também, aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais (ROCHA, 2012, p. 1).

Em relação a essa proposição é pertinente considerar que o patrimônio revela-se o lugar sob o qual se projeta a vida, a cultura, a história, pois, nele sobressaem as mais diversas informações a respeito de como viviam as sociedades, sua identidade, quais atores justificam a sua existência enquanto lugar de pertencimento, memória e cultura. É esse o lugar através do qual uma dada sociedade passa a se representar. Não é só uma obra em si, é muito mais: é lugar de identidade e memória.

Têm-se duas obras históricas servindo como referências que estão guardadas na memória das pessoas que vivenciaram na época, uma imagem de um passado vivo, um lugar de identidade e memória, como o caso do Colégio Amapaense e do Instituto Estadual Carlos Gomes/PA, comparado em relação com a Escola E. Barão do Rio Branco.

Com a implantação da administração territorial no Amapá, e com o lema: “Educar, Sanear, Povoar”, a política obreira e integracionista ocupa a cena pública em larga medida. Dentre essas obras estruturantes mais destacadas, as escolas de ensino básico trariam em seu padrão estético essas variáveis ideológicas e políticas. Dentre as primeiras unidades construídas em Macapá, o Colégio Amapaense, criado pelo decreto nº 49, de 25 de janeiro de 1947 do governo do ex- território do Amapá, com o nome de Ginásio Amapaense (figuras 05 e 06), iniciou suas atividades em abril do mesmo ano, de forma condicional até o mês de agosto, quando lhe foi concedida a autorização para funcionamento pela seccional do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Saúde, sediada em Belém do Pará, pela portaria nº 367/47.

Figuras 05 e 06: Primeiro Prédio do Colégio Amapaense em 1947. Bloco em vista posterior.



Fonte: portal-retrato-blogspot.com

Somente em 1952 o “CA” passa se chamar de Colégio Amapaense, localizado na Avenida Iracema Carvão Nunes, nº419, no bairro Central, recebendo alunos de antigo curso Científico que passa receber a nomenclatura de Curso Colegial, correspondente atualmente ao Ensino Médio.

O 2º Bloco do prédio, como mostra a figura 07, e Santos (2017) foi construída em 1967 para atender a demanda educacional. Somente em 1970 foi finalizada, como mostra a figura 08, sendo um Colégio que faz parte das obras de grande impacto na cena urbana de Macapá, durante o governo territorial de Janary Gentil Nunes (1944-1956) (FRANKLIN, 2014).

Figuras: 07 e 08: Segundo Bloco do Colégio Amapaense em 1967. Conclusão da obra em 1970 do CA.



Fonte: portal-retrato-blogspot.com

Segundo o depoimento do Professor Carlos Alberto Viana Marques, através de entrevista, foi concebido o caso CA características de uma nova arquitetura através do seu piso em Ladrilhos hidráulico, lajota cerâmica branca e traçado dos ambientes como mostra as figuras 09, 10 e 11, as escadas são configuradas em formato espiral, com janela basculante com vidro incolor proporcionando iluminação natural na escadaria (como mostra as figuras 12 e 13). É um prédio de três pavimentos com paredes em alvenaria de tijolo, sustentada no uso de concreto armado, sistema de pilotis, ao tornar as construções suspensas, cria-se uma inédita relação “interno-externo”. A cobertura é composta por laje convencional de telha em fibrocimento, os quais são ocultos por uma platibanda, a estrutura do telhado é em madeira. O forro plano em concreto tipo lajes, emassado e pintado com tinta PVA branca com cantoneiras em detalhes cinza.

Figuras 09, 10 e 11: Pisos diversificado nas salas de aulas. Cada sala de aula tem um piso diferente.



Fonte: FRANKLIN, Alciane. 2014.

Hall de entrada principal que dá acesso a escada que vai para outros pavimentos (figura 12).

Figuras 12 e 13: As escadarias que dão acesso a todos os pavimentos. Esquadria Basculante.



Fonte: FRANKLIN, Alciane. 2014.

O referido estabelecimento de ensino, relatou o professor de história, passou, nos últimos 10 anos, por adaptações arquitetônicas que o descaracterizaram em seu traçado original, como é o caso da antiga quadra poliesportiva, a metade da mesma fora transformada em laboratório de ciências e utilizado, também, como estacionamento, como mostram as figuras 14 e 15.

Figuras 14 e 15: Antiga Quadra Esportiva utilizada para Laboratório e Estacionamento.



Fonte: PACHECO, Olga. 2018

Após visitas realizadas no prédio da escola, além de entrevistas com o gestor escolar e a explanação do Prof. Carlos Alberto, através dos seus depoimentos, foi identificado a inexistência de um registro em órgão de defesa do Patrimônio Estadual, de um projeto de intervenção à preservação do prédio do Colégio Amapaense, e nem mesmo um estudo técnico por parte do poder público estadual, no sentido de promover sua proteção, para que a comunidade escolar e a sociedade amapaense possam desenvolver a relação de educação

patrimonial, e da própria valorização da cultura material do povo amapaense, que lida numa perspectiva, conforme aborda Candau (2011).

Deste modo, a intervenção da arquitetura neste campo de significados simbólicos e referencia de identidade, permitirá a sociedade local o desenvolvimento de uma cultura patrimonial mais sólida e revigorada.

Nas décadas de 70 e 80 do século passado, a cidade de Macapá – assim como outros centros urbanos da região norte, vivenciou um processo acelerado de crescimento demográfico. Parte dele pela atração que a nova capital representava, parte pela crise que assolou a região norte e nordeste, origem do maior contingente de migrantes. A crença na propaganda ufanista da época militar de que “esse é um país que vai pra frente” fez com que milhares de pessoas se deslocassem em busca de trabalhos nas grandes cidades.

Na memória dos alunos e dos funcionários estão guardados os comentários sobre o colégio Amapaense, que havia disputa de alunos na época para conseguir vagas na instituição por ser uma escola de referência em educação no território do Amapá, sendo muito conhecido como “castelinho” pelo seu símbolo admirável nos portões de entrada principal e também da sua estrutura arquitetônica. Era estimulante para os estudantes que disfrutava cada momento que vivia na instituição (UCHÔA, 2007).

Um processo de desvalorização arquitetônica semelhante ocorre, segundo Azevedo (2012), na atual sede do antigo Conservatório de Música em Belém-PA. Este teve o maestro Antônio Carlos Gomes, convidado para assumir a direção do Conservatório de Musica. O prédio do Instituto Estadual Carlos Gomes, hoje fica localizado na Avenida Gentil Bittencourt, nº 977, entre as Ruas Quintino Bocaiúva e a Generalíssimo Deodoro, no bairro de Nazaré, é a terceira mais antiga escola de música do país, criado há 122 anos e é mantido pela Fundação Carlos Gomes (FCG), que funciona em um imóvel próximo.

Na figura 16 observa-se que a Instituto Estadual Carlos Gomes consiste em um exemplar de dois pavimentos, em linguagem neocolonial, com presenças de elementos decorativos, como o caso das fachadas, a porta principal e as janelas que são de madeiras de lei, com arcadas maciças. As sacadas superiores e o térreo, e os telhados com várias águas. Além de um jardim frontal com fonte e chafariz, como mostra a figura 17.

Figura 16: Instituto Estadual Carlos Gomes.



Fonte: redeglobo.globo.com>tvliberal

Através da figura 17 mostra-se também o formato das molduras das janelas, capitel em forma de ábaco, o fuste do pilar, o arremate, as molduras, e o brasão que fica em cima da porta, o chafariz, e as telhas com as pontas aparentes, destacando cada detalhamento dos elementos decorativos da fachada principal do prédio Central do IECG.

Figura 17: Fachada Principal do Prédio Central do Instituto Carlos Gomes.



Fonte: AZEVEDO, Felipe Moreira. 2012.

Através dos estudos dos casos relatados, como o Colégio Amapaense e Instituto Estadual Carlos Gomes, são dois centros de ensino que foram observados e comparados com o caso da Escola Estadual Barão do Rio Branco, cujos prédios consistem na demonstração dos dados referente à sua arquitetura, suas características do projeto original da edificação que sofreram intervenções tentando conservar e manter, mas também descaracterizar, em determinados momentos, a sua arquitetura original.

A partir destes apontamentos, e segundo a carta de Burra no Artigo 8º - A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, das matérias, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo ao entorno.

Analisando a Escola Estadual Barão do Rio Branco com os casos relatados como do Colégio Amapaense, que sofreu ao longo dos anos de 1990-2000 uma série de modificações estruturais, a exemplo do caso da quadra poliesportiva, utilizada como espaço para laboratório de ciências e posteriormente para a reserva de espaço ao estacionamento de veículos, afetando a caracterização do seu traçado original. Percebe-se além do referido descaso a sua estrutura original, o problema de absorção desta arquitetura ao processo de expansão urbana que caracterizou o conjunto de mudanças verificadas a partir da década de 90, do século XX, fase da transição do Amapá Território para Estado Federal.

Momento em que as heranças de um passado recente deveriam sucumbir ante a maior participação da sociedade local no processo de gestão dos bens públicos. Sendo as escolas notoriamente reformadas e adaptadas às novas necessidades de uma sociedade em processo de mudança, o que denota a definição que Granato (2005, p. 294) considera como “ausência da noção de patrimônio como veículo integrador, que só exerce essa função, quando os grupos que constituem a sociedade se identifiquem com o mesmo, bem como aos demais setores da materialidade física que o cerca”.

O caso relatado do IECG (Instituto Estadual Carlos Gomes) relaciona-se ao objeto desta pesquisa, devido sua estética arquitetônica na linguagem neocolonial da década 20, do século XX, ser a mesma. Mas também por ser um edifício histórico, com o qual teve-se cuidado de manter a sua arquitetura original, porém também sofrendo, no decorrer dos períodos, intervenções prejudiciais. Assim o projeto da Escola Barão do Rio Branco, foi planejado para permanecer a mesma função de Ensino Fundamental de 1º a 8º série, seus traços neocoloniais foram mantidos, sem nenhuma alteração a estética do prédio, excetuando casos de elementos danificados.

1.4 EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA.

Horta (1999) identifica que a educação patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, o trabalho busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

De acordo com autora acima, foi a partir dessa experiência inicial que surgiram novas práticas e experiências devolvidas no país, acabando por culminar em resultados surpreendentes. Nesse sentido torna-se destaque uma nova visão sobre Patrimônio Cultural Brasileiro, que passa a ser compreendido a partir dessa diversidade de manifestação tangível e intangível, consagradas e não consagradas como fonte de conhecimento e de aprendizado, podendo ser inseridas nos currículos e nas disciplinas do sistema formal do ensino.

O movimento modernista nacional ocorrido no Brasil, os participantes envolvidos empenharam-se em identificar os aspectos e elementos em geral que configurassem um perfil artístico e cultural do país.

Com objetivo de buscar raízes e a identidade nacional, os modernistas empreenderam uma viagem a Minas Gerais. E nas cidades antigas mineiras, eles encontraram aquilo que procuravam. Monumentos abandonados, mas que mantinham sua integridade estilística original, contavam a história e refletiam a tradição almejada [...] (ORLÁ, 2001, p.28).

Naquela época, em 1936, para os modernistas, o motivo maior da causa patrimonial era construir uma identidade artística para o país e não somente salvar um acervo histórico ameaçado de destruição (SANT'ANNA APUD ORLÁ, 2001). Foram eles os responsáveis pela definição e elaboração da primeira legislação cultural nacional.

O desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais foi produzido, em termos conceituais e práticos, a partir do 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), inspirando-se no trabalho pedagógico desenvolvido na Inglaterra sob a designação de Heritage Education (HORTA, 1999).

Do ponto de vista do patrimônio, a escola é, de fato, a extensão da família. É ali que as novas gerações recebem a maior parte do legado cultural herdado do passado. Cumpre aos mestres despertar nos alunos sentimentos de respeito e amor, mostrando a eles o valor dos nossos bens culturais [...]. (ROCHA, 1989 apud MALTÊZ, et al., 2010, p.5).

Segundo Souza (2013), boa parte das escolas brasileiras data do final do século XX, período de expansão sem precedentes da educação infantil e do ensino fundamental e médio. Esta configuração da rede escolar deve estar presente no horizonte das posturas políticas de preservação. É preciso reconhecer que uma principal justificativa para preservação do patrimônio cultural é a sua relevância para a construção da identidade dos sujeitos de suas relações com o tempo e o espaço e para a construção da memória.

Para se preservar o patrimônio escolar tendem a reiterar a importância da conservação da memória na escola, remetendo a seus vínculos com a formação da infância e da juventude e a espaço de transmissão de cultura e processos de construção subjetividades e de identidades (SOUZA, 2013).

A conservação do patrimônio escolar deveria servir em primeiro lugar, a própria escola e a comunidade escolar para reconhecer o significado sociocultural da instituição, como a memória efetiva da experiência, mais também como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos da sua atuação no presente (SOUZA, 2013).

Evidencia-se, portanto, com estas análises, a realidade de uma concepção de educação tradicional, que negligencia quanto às dimensões que Gadotti e Saviani (1991, p. 40) concebem como “princípios da educação transformadora”, caracterizados pela perspectiva libertadora da universalização, integralização e unicidade do conhecimento, visando à condição de sujeitos autônomos, tendo como características a noção de contradição e heterogeneidade do conhecimento dialogado. O que pode ser alcançado com a retomada da importância dos espaços arquitetônicos enquanto espaços sociais e de memória, a partir de uma diversidade de possibilidades de interação e de reconhecimento de sua própria história cultural, num movimento participativo capaz de desenvolver no educando a percepção material, simbólica e subjetiva, tendo como elemento gerador a valorização do patrimônio local, cujo laboratório é a própria escola, entendida neste ponto de vista como espaço de vivência e aprendizado significativo.

Sendo assim a educação patrimonial do cidadão é o primeiro passo para recuperação e valorização dos bens patrimoniais que de acordo com Maia (2003) é um processo que conduz o homem ao entendimento do mundo o qual está inserido, elevando sua autoestima e a consequente valorização de sua cultura. A partir do momento que a comunidade toma consciência do seu papel fundamental na preservação do próprio patrimônio passa então a impedir a degradação e a destruição dos bens culturais.

2 O CASO DA ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Em 13 de setembro de 1943 ocorreu a criação do Território Federal do Amapá, através do Decreto-Lei 5812/43. O país vivia sob a Ditadura do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas, que procedeu a instalação da nova unidade política, cujo marco institucional é reconhecido a partir de 1944, com a chegada do Governador Janary Gentil Nunes, que governou o Território de 1944 a 1956, destacando-se as obras administrativas, as negociações contratuais relacionadas ao Projeto ICOMI (Indústria e Comércio de Mineiros S/A), e a implantação da administração territorial, bem como a presença de uma política obreira, típica da postura de intensificação da presença do Estado na vida civil, mesclados a um conjunto de práticas que Santos (2010) define como paternalistas, populistas e autoritárias, ou seja, em um notável “hibridismo político”, expressão do autor amapaense.

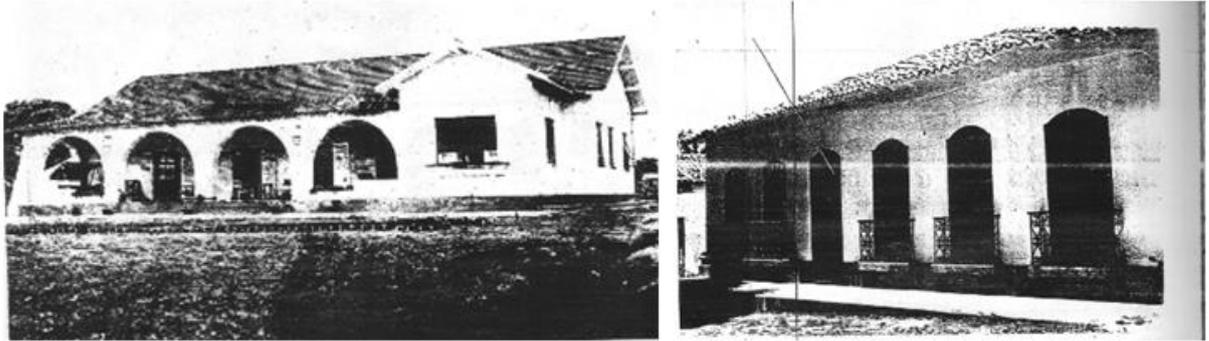
No bojo desta política, a Escola Barão do Rio Branco, antigo Grupo Escolar, destaca-se como uma expressão desta ideologia de “modernização”, onde a educação seria a base da formação de um cidadão ativo e engajado na construção de um país soberano e desenvolvido, e a escola corporifica este pensar, desde a sua situação geográfica, posicionada na Avenida Fab até a sua utilização mais ampla, integrando assim um conjunto arquitetônico que pretensamente estaria harmonizado com as demais edificações, formando um complexo urbano e cívico, vivificando esta modernidade que se interpunha ao cotidiano do povo amazônica e amapaense.

No ano de 1940, através do Relatório oficial das atividades do Governo do Território Federal do Amapá, Imprensa Nacionalmente de 1946, na época Macapá encontrava-se com alto índice de porcentagem de analfabetos. Diante do resultado, o governador Janary Nunes investiu em prédios escolares, reciclando professores, alugando varias casas onde instalou provisoriamente escolas, relatado na pagina 36 deste documento, onde o prédio do Grupo Escolar de Macapá iniciou com 12 salas de aula de 77 m² cada, e uma sala de conferencia e cine teatro (RIO DE JANEIRO, Relatório de Atividade de Governo do Amapá, 1946).

Na sua equipe de planejamento e execução das obras, fazia parte o arquiteto José Victor Contreiras, grande colaborador, e através da sua dedicação e capacidade de iniciativa, e por tudo que construiu na capital do Amapá, ficou responsável pelo Departamento de obras, assim como também o engenheiro civil Dr. Hidegardo da Silva Nunes.

As primeiras obras iniciadas ou construídas em 1944 eram o edifício da residência governamental, Grupo Escolar, Hotel de Macapá, casas residenciais para funcionários com estilo neocolonial.

Figuras 18 e 19: O 1º prédio Residência do Governador; e o Segundo Prédio aonde funcionava Grupo Escolar.



Fonte: RIO DE JANEIRO, Relatório de Atividade de Governo do Amapá.1946.

Figuras 20 e 21: O primeiro prédio é o Hotel de Macapá, e o 2º são as casas residenciais para funcionários.



Fonte: RIO DE JANEIRO, Relatório de Atividade de Governo do Amapá.1946.

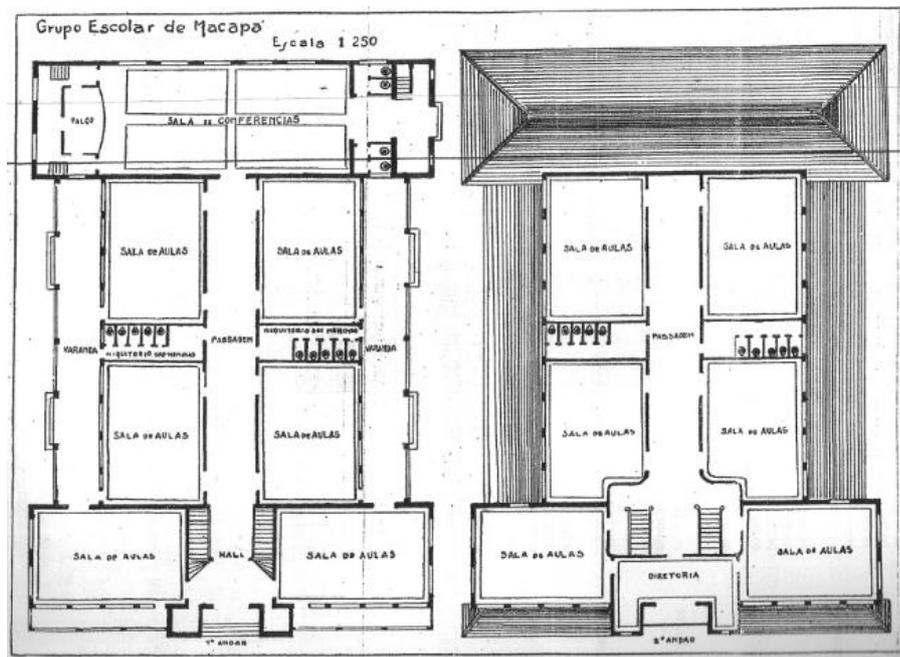
O Grupo Escolar de Macapá situava-se, como até hoje, na Praça do Barão do Rio Branco, com área coberta de 1.769 m², com dois pavimentos, possuindo as seguintes dependências: hall de entrada, doze salas de aula, de 7,00 x 10,00 m, duas de 6,60 x 9,70m, uma sala de diretoria com 40m² de área, uma sala de conferencias com palco e cabine cinematográfica, tendo as dimensões de 29,00 x 8,00 m. Possui uma ampla varanda em frente e duas laterais, as salas são servidas por corredor central de 3,70m de largura, e o banheiro feminino e masculino (RIO DE JANEIRO, Relatório de Atividade de Governo do Amapá, 1946).

A construção original é de alvenaria de tijolos de concreto de 0,25m x 0,20m x 0,50m no andar térreo, e de alvenaria de tijolos furados de 0,15 x 0,08 x 0,30m no primeiro andar, com lajes de piso e de forro de concreto armado e coberturas de telhas tipo Marselha (RIO DE JANEIRO, Relatório de Atividade de Governo do Amapá, 1946).

Tinha capacidade para 480 alunos com tempo integral de dois turnos para cada aluno ou 960 se a frequência for apenas a um turno. O projeto era planejado para comportar futuramente jardim de infância que seria instalado em pavilhão anexo apropriado.

As figuras abaixo são as plantas originais do Grupo Escolar de Macapá, encontradas na pagina 42 do Relatório das Atividades do Governo do Janary Nunes, imprensa nacional no Rio de Janeiro.

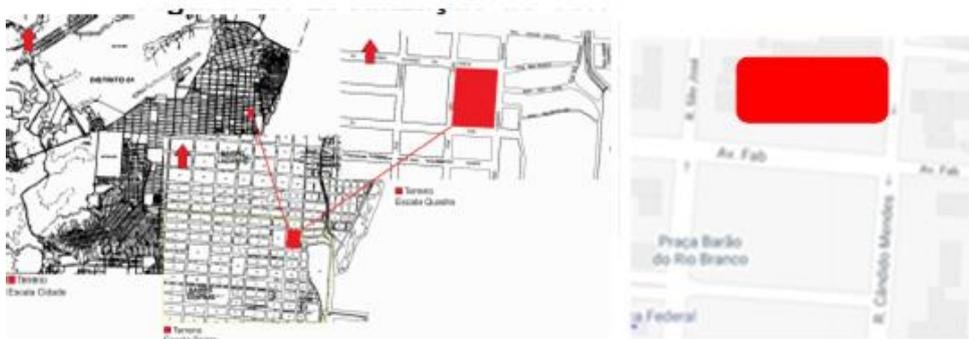
Figuras 22 e 23: A 1ª Planta Baixa é Térrea e o 2º é o Pavimento Superior do Grupo Escolar de Macapá.



Fonte: RIO DE JANEIRO, Relatório de Atividade de Governo do Amapá. 1946.

A figura abaixo mostra, no mapa satélite, a localização do terreno, em Macapá, na Avenida FAB.

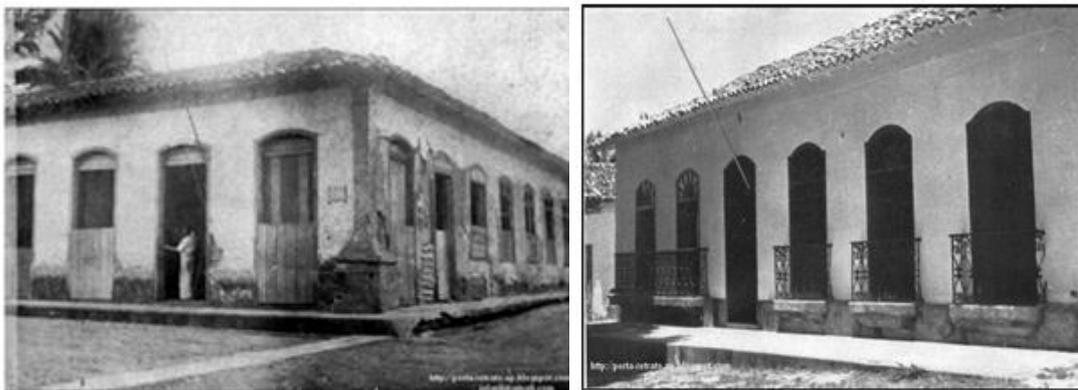
Figura 24: Localização do Terreno do objeto do estudo.



Fonte: PACHECO, Olga. 2018.

Segundo Doval Brito³, o Antigo Prédio do Grupo Escolar de Macapá (como mostra a figura 25) demolido, ficava localizado no canto da antiga Praça São Sebastião (atual Veiga Cabral), onde é o cruzamento da Avenida Presidente Vargas com a Rua Cândido Mendes. Hoje fica localizada a Banca do Dorimar, um conhecido espaço de encontro e sociabilidade que representa a vida na cidade de Macapá, que é elemento de importância para se compreender a dinâmica da história e da memória da cidade através de seus lugares mais conhecidos e frequentados pela população.

Figuras 25 e 26: Primeiro prédio do Grupo Escolar de Macapá em 1944; Segundo Prédio aonde funcionava Grupo Escolar de Macapá, respectivamente.



Fonte: porta-retrato-blogspot.com

Antes da construção do prédio da Escola do Barão do Rio Branco, o Grupo escolar de Macapá transferiu-se para o prédio da figura 26 que localiza-se na Rua São José, esquina com Avenida General Gurjão, (mais um casarão demolido), que pertencia família Mendes Coutinho, na antiga Praça da Matriz, hoje Veiga Cabral, marco simbólico inaugural da remodelação urbana promovida pela reforma urbanística, pelo então governo territorial, segundo Historiador e Professor Doval Brito.

Segundo o Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá de 1944, foi em um barracão de madeira coberto de palha que muitos dos macapaenses assistiram pela primeira vez a filmes cinematográficos e peças teatrais. No primeiro ano do Território, o Cine Teatro Macapá funcionava no barracão (figura 27) que servia como sede do “Panair Clube”. Somente em 1945 foi oficialmente inaugurado, sendo instalado em um prédio anexo à Escola Barão do Rio Branco, mais precisamente na Rua Tiradentes. Era destinado à exibição de peças e filmes educativos com temas nacionais e regionais. Em 1974, quando a televisão popularizou-se na cidade de Macapá, os cinemas locais perderam público e muitos

³ Entrevista com Professor e Historiador Doval de Brito com a discente Olga Pacheco no dia 17/05/2017.

fecharam, cedendo seus espaços físicos para outras atividades. Foi o caso do Cine Territorial, que deixou de exibir filmes e passou a ser utilizado para outros fins.

Figura 27: Barracão de Madeira



Fonte: Fabiana Figueiredo/G1 AP.

A historiografia amapaense, como ressalta Lobato (2009), referenda tal afirmação de que a política educacional no Amapá, entre 1944 e 1956, deve ser relacionada com as mudanças no quadro político nacional e internacional que moldara as estratégias e práticas que ajudaram a efetivar esta política. Novos territórios federais foram criados em 1943, dentro da perspectiva da consolidação da unidade nacional através da integração e da valorização econômica do espaço amazônico.

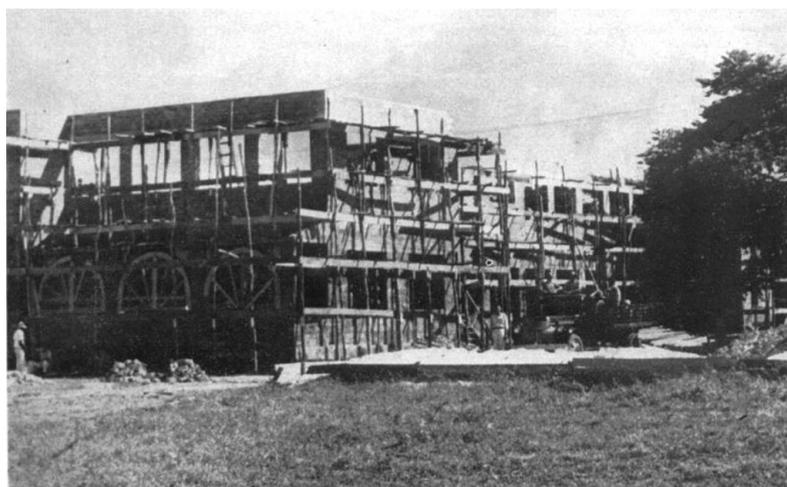
A necessidade do poder estatal na década de 40, do século XX, era consolidar os marcos fronteiriços, eliminar os localismos e alterar os aspectos socioeconômicos em que predominavam as atividades extrativistas e a pequena agricultura, conforme os dispositivos constitucionais que regulamentavam a gestão dos Territórios Federais, encontradas nas Cartas Constitucionais de 1934 e 1937 e nas premissas do modelo autoritário vigente, cujo ordenamento arquitetônico e urbanístico expressam com notoriedade a relação entre espaço e contexto social e político, devidamente imbricados.

A perspectiva do governo federal e territorial concebia a sociedade amapaense como um conjunto social e culturalmente heterogêneo. Assim, o Estado pretendia educar homens e mulheres para formar uma sociedade de cidadãos trabalhadores. Deve ser observada a concepção que percebia na Amazônia a ausência de uma sociedade regida pela ética do trabalho e carente de modernas técnicas agrícolas e industriais, de acordo com as concepções em voga nos anos 1940.

No período que vai de 1944 até fins de 1946, a política educacional foi norteadada pelo objetivo de expandir o Ensino Primário no Território Federal do Amapá: ampliação da rede física e formação de corpo docente influenciado pelos ideais modernizantes do Estado. Em 1947, foi implantado O Ensino Secundário no Amapá, completando o projeto educacional janarista, com a implementação das duas modalidades de ensino, que foi protocolado no Conselho Estadual de Educação com o Ofício nº 025/2011-EEBRB.

A Escola Estadual Barão do Rio Branco, ao longo da sua historia passou por mudanças estruturais. Em 1946 quando iniciou a obra da construção do Bloco Principal (como mostra a figura 28). Dentro deste contexto a Escola receberá tratamento geral de Revitalização nos ambientes e também será adaptada a acessibilidade em todos os setores, como mostra na prancha do numero 15 da Implantação Geral de Paisagismo.

Figura 28: Construção, em 1946, do Grupo Escolar de Macapá, hoje Barão do Rio Branco.



Fonte: porta-retrato-blogspot.com

O prédio definitivo do Grupo Escolar de Macapá (figura 29) apresenta elementos com característica neocolonial, como as janelas da fachada principal do pavimento superior, compostas de ferros e vidro difuso, e as demais do tipo basculante de três folhas com vidro embutido, e presença de arcos plenos que embelezam a entrada do prédio, com portas largas e os telhados de barro.

Através da Secretaria Estadual da Educação, informou-se que na época sua construção foi edificada através do prédio de uma sala de conferência com palco e cabina cinematográfica, localizado na lateral esquerda do estabelecimento para o lado da Rua Cândido Mendes. Anos depois esta sala foi transformada em Cine Teatro Territorial de Macapá, e também era um local de eventos importantes para a cidade.

Antigamente existia uma abertura na lateral, outra entrada alternativa, do cine territorial (como mostra a figura 30), através de varias modificações não existe mais a porta e janelas de ferro que marcava esta época.

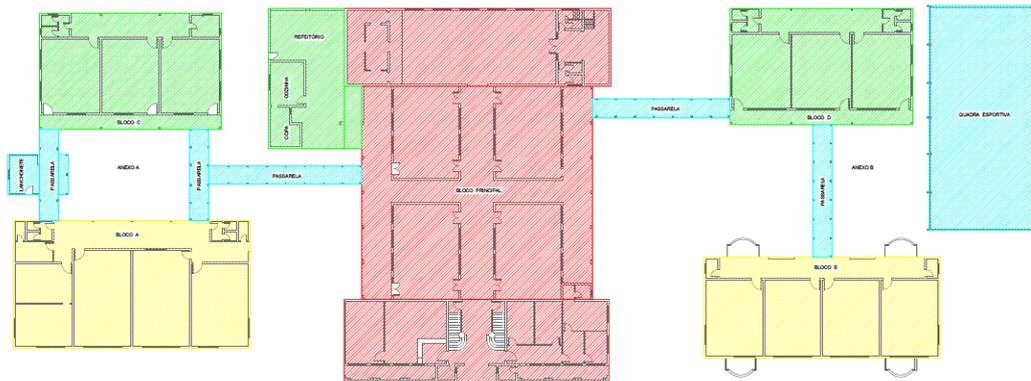
Figuras 29 e 30: Prédio definitivo do Grupo Escolar de Macapá. Antigo Cine Territorial.



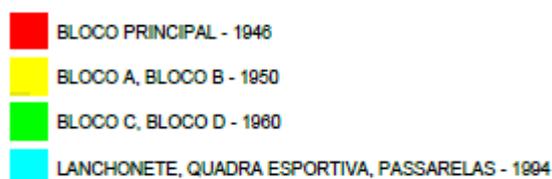
Fonte: Reprodução/Cortesia do Museu Histórico do Amapá.

Segundo o historiador e professor Doval de Brito a escola nunca passou por reformas, mas por processo de ampliação, que descaracterizaram a construção inicial, como mostram na figura 31 da Planta Baixa que estão identificados através das cores as modificações ocorridas na Escola Barão do Rio Branco. E através do seu depoimento, os Anexos surgiram em 1950 como mostra as figura 32 e 33.

Figuras 31: Planta Baixa das Reformas.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.



Surge o primeiro Anexo, que é o “B”, da área direita do prédio, onde funcionava o setor administrativo do antigo Território do Amapá. Na fachada foram utilizados elementos

vazados nas janelas, na sua entrada em forma de arco pleno, com pequenas muretas utilizadas para delimitar a entrada.

No segundo Anexo, “A”, do lado esquerdo do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, onde funcionava o Jardim de Infância, a construção seguia a mesma estética do primeiro anexo, sendo a única diferença vista nas aberturas dos arcos que não eram utilizados como entrada, mas como janelas, fechados com elementos vazados.

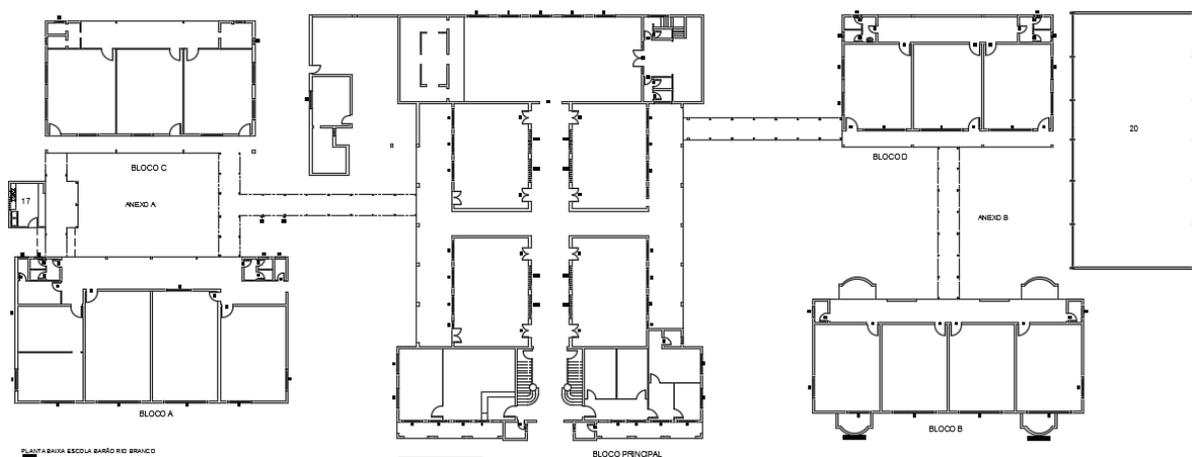
Figuras 32 e 33: Vista lateral do Lado Direito do Primeiro Anexo. Lado Esquerdo do 2º Anexo.



Fonte: porta-retrato-blogspot.com⁴

O Bloco C e o D com a mesma característica, com utilização de arcos plenos, pilares com ornatos boleados que estão localizados nas fachadas (mostra na figura 40 e 42 do item 2.2). A Quadra Poliesportiva que fica no Anexo “B”, e a Lanchonete que se localiza no Anexo “A”. São ampliações que, como aparece na Planta Baixa Atual (como mostra a figura 34), foram acontecendo nos anos posteriores.

Figura 34: Planta Baixa Atual



Fonte: Arquivo da SEINF, adaptado pela autora, 2018.

⁴ Entrevista com Professor e Historiador Doval de Brito com a discente Olga Pacheco no dia 17/05/2017.

No pavimento térreo consta auditório, depósito para armazenamento de materiais, salas de aula, refeitório, copa, cozinha, sala rádio, sala de Xerox, banheiros. No pavimento superior encontra-se secretaria, biblioteca, salas de aulas, banheiros, sala de professores, sala de espera, sala de diretor, lavabo, sala do diretor adjunto.

Todos os anexos possuem sete salas de aula, cada bloco com banheiros, os telhados são de quatro águas com telhas de fibrocimento, os forros do corredor são de PVC de cor marrom. No total de vinte e oito salas, divididas em: Direção, Serviço Técnico Pedagógico, Professores, Secretaria Escolar, Laboratório de Informática, vinte e uma salas de aula, Copa, Cozinha, Refeitório, Lanchonete, Depósito de materiais, Banheiros para funcionários e para os alunos.

De acordo com as pesquisas de campo, no dia 14 de maio de 2014, quarta feira às oito horas e trinta minutos, a primeira visita a Escola Barão do Rio Branco, contou com o levantamento minucioso dos danos causados, registrando através de fotografia. E no dia 24 de outubro de 2016 á 29 de maio de 2017 a visitação na Secretaria Estadual de Educação do Amapá (SEED/AP), e na Secretaria de Infraestrutura (SEINF) para fazer levantamentos de dados históricos sobre a edificação com o propósito de sua construção, finalidade e estilo arquitetônico, documentos que contem registros e anotações gráficas e fotográficas, plantas arquitetônicas, para assim elaborar Fichas de Identificação de Danos, para levantamento fotográfico das patologias existentes no prédio.

E juntamente com gráfico gerado pelas fichas, ou seja, a quantificação dos danos existentes no patrimônio teve-se como produto o Mapa de Danos. Esta forma de análise e coleta de informações dos danos interpretam os tipos e as causas das degradações, através de fotografias, e documentos escritos. A Escola Estadual Barão do Rio Branco, esta a espera de reforma desde 2013. Até hoje está funcionando em um prédio alugado (figura 35) pela Secretária Estadual de Educação-SEED, na Avenida Iracema Carvão Nunes, no centro de Macapá/AP, entre as Ruas São José e General Rondon, que funcionara até a década de 80, do século XX, como um anexo administrativo da Empresa ICOMI, embora tenha sido utilizada nas décadas anteriores como alojamento e dormitório dos funcionários, como nos relata o historiador amapaense Fernando Rodrigues dos Santos e o Professor Doval Tomás, com as suas simplicidades que enfatizaram a problemática do esquecimento destes edifícios enquanto patrimônio histórico do povo amapaense, que sempre estimara esta escola como lugar privilegiado de memória e identidade cultural.

Figura 35: Prédio Alugado aonde funciona a E.E Barão do Rio Branco.



Fonte: Fabiana Figueiredo/G1 AP. 2016

Hoje a escola se encontra em estado de abandono, sem nenhuma proteção. O prédio fica exposto aos invasores, a vandalismo, destruindo o patrimônio arquitetônico amapaense (figuras 36 e 37).

Figuras 36 e 37: Escola Barão do Rio Branco na Avenida FAB. Portão quebrado que dar acesso ao estacionamento.



Fonte: André Silva /G1. 2017

Diante da análise do objeto arquitetônico escolhido, percebe-se muitas modificações ao longo dos anos, encontrando-se em estado de desuso. Logo, a proposta projetual deste presente trabalho é de resgatar e preservar a memória histórica e arquitetônica, mantendo as características originais da instituição, promovendo uma revitalização de seu espaço e tratamento paisagístico, a fim de criar novas áreas, e garantir melhor conforto para à integração dos alunos e dos agentes administrativos.

Além de recuperar a sua importância como arquitetura de relevância para a história arquitetônica amapaense, destarte-se a mesma como elemento de interesse na prática de educação patrimonial, a fim de (re) valorizar, resguardar e respeitar esta obra ainda preservada na memória da sociedade do Amapá.

2.2 LINGUAGEM ARQUITETÔNICA

A escola divide-se, atualmente, em cinco blocos com quadra e uma pequena lanchonete em anexo. O neocolonial, linguagem que no Brasil está ligado à busca de uma arte genuinamente nacional, de raízes lusitanas, surgiu na busca de se definir como uma manifestação tradicional e moderna brasileira, com formas arqueadas e levemente arredondadas, em contraposição ao ecletismo europeu que crescentemente se inseria no país no início do século XX (SEED/AP 2016).

Nos prédios da escola, o neocolonial se faz presente através do uso de vãos arqueados, elementos decorativos simplificados e do telhado aparente em telha cerâmica capa e canal, reentrância frontal da fachada, dos caixilhos de metal das janelas basculantes, colunas e ornatos boleados (figuras 38, 39, 40, 41 e 42).

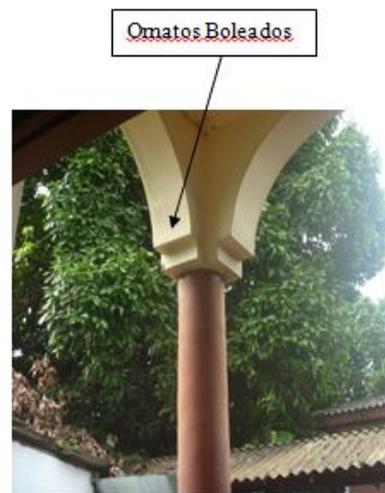
Figuras 38, 39, 40 e 41 - Vãos arqueados do Primeiro Pavimento. Reentrância Frontal e Marquises da Fachada Principal; Vãos arqueados do Anexo B. Esquadria da Fachada Principal, respectivamente.





Fonte: PACHECO, Olga. 2014.

Figura 42: Pilar do Bloco C.



Fonte: PACHECO, Olga. 2014.

2.3 REPRESENTAÇÕES DOS AGENTES (do mapa de danos)

O mapa de danos tem por objetivo descrever o estado de uso e conservação da escola, onde se pôde observar extrema deterioração em que esta se encontra dificultando e até impossibilitando seu uso. Buscando identificar as causas da degradação, neles registrados. Atualmente sem ocupação devida á má conservação e a falta de manutenção, com manchas nas paredes provocadas por variadas patologias.

A elaboração dos mapas de danos de identificação de danos foi realizada com base em análises feitas do estado de conservação em que a edificação se encontra degradada.

Foram produzidas fichas enumeradas para cada ambiente que encontra-se danificado, contendo informações gerais que foram analisados, como mostra o modelo da figura 43 abaixo do mapa de danos.

Figura 43: Modelo de Mapa de Danos.

Formulário de Mapa de Danos com os seguintes campos e informações:

- Área de Fotos:** Uma fotografia de degraus danificados.
 - Etiqueta: Ambiente
 - Etiqueta: Ângulo Fotografado (aponta para um ícone de câmera)
 - Etiqueta: Nome do Objeto de Estudo
 - Etiqueta: Números de Fichas (aponta para o número 01/18)
- Campos de Texto:**
 - Números de Fotos
 - Nome da Instituição
 - Endereço do Objeto de Estudo
 - Data da Pesquisa
 - Nome da Orientada
 - Nome do Orientador
 - Conteúdos
- Informações da Instituição:**
 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP
 - CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
 - ESCOLA BARÃO DO BRANCO
 - PRÉDIO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
- Informações da Pesquisa:**
 - TÍTULO: LEVANTAMENTO DE DANOS
 - DESCRIÇÃO: DANOS BARDEA FACHOS
 - DESCRIÇÃO: USUÁRIO DANOS DANOS
 - DATA: 01/18

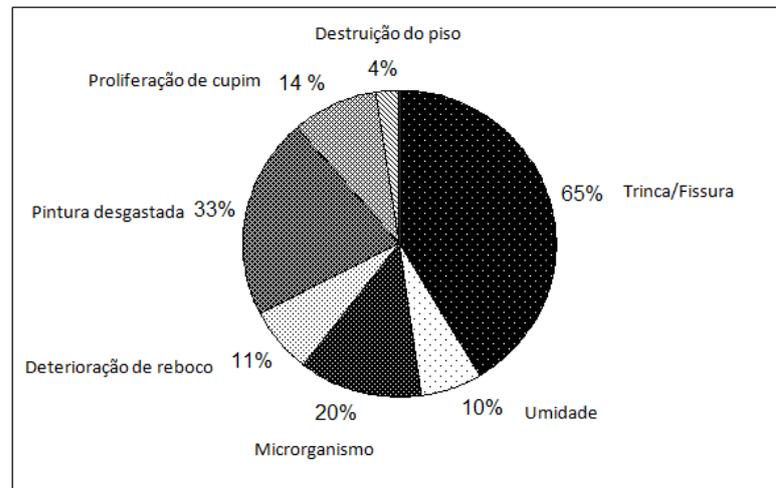
Fonte: PACHECO, Olga.2018.

No decorrer da visita do ano de 2014 algumas partes do prédio não foram levantadas, pois seus danos já eram graves, com possibilidades de acidentes, logo foram fechados, a fim de aguardar o projeto de reforma a ser executado. Portanto houve o impedimento de acesso a alguns dos seus ambientes.

Assim, mesmo através do Ofício nº70/2016-CCA/UNIFAP, no dia 14 de outubro do mesmo ano, o Senhor Iraelson Moreira de Souza, na época era diretor da Escola Barão do Rio Branco, autorizou as visitas técnicas, com acompanhamento de um funcionário da instituição. Todas as manifestações patológicas encontradas foram analisadas por meio de fotografias e com a planta baixa nas mãos para fazer o levantamento do mesmo.

Verifica-se, no gráfico abaixo, os resultados dos diagnósticos das patologias que foram encontrados nas estruturas da edificação.

Gráfico 01: Patologias existentes na edificação.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

No decorrer do trabalho houve mudança de gestor da escola que impossibilitou da continuação das visitas no prédio localizado na Avenida FAB, negando por motivo de segurança.

De acordo com ofício nº 172/2017 da Direção E.E. Barão do Rio Branco, que encontra-se uma copia arquivado neste trabalho, houve a não autorização para visita técnica, no referido ano, pois o prédio desta instituição apresenta-se além de abandonado, com risco de desmoronamento de parte de sua estrutura, devido falta da realização dos devidos processos de escoramento e atividades emergenciais para a segurança arquitetônica e das pessoas. Fato confirmado pelo próprio funcionamento da escola, até o presente momento, em prédio alugado, enquanto espera a aplicação do projeto de intervenção de sua outrora sede.

Os mapas de danos foram divididos por blocos como mostra os apêndices⁵ deste trabalho. Tem-se o Bloco “A” e “C” que fica na área do Anexo A, o Bloco “B” e “D”, na área do Anexo B, e o Bloco Principal este dividido o Térreo e o 1º Pavimento. A Área Externa do edifício será analisada de modo geral.

A partir do diagnostico realizado serão relatados às soluções (quadro 01) a serem utilizados para prevenir futuros problemas.

Serão impermeabilizados os locais úmidos para eliminar totalmente a umidade, os microrganismos serão afetados através dos produtos que tenham composição de hipoclorito de

⁵ Apresentação de patologia da edificação classificado como: Apêndice A nº 01/18 - Levantamento de Danos do Bloco Principal Térreo; Apêndice B nº 01/18 - Levantamento de Danos – 1º Pavimento; Apêndice C nº 01/07 - Levantamento de Danos do Anexo A; Apêndice D nº 01/09 - Levantamento de Danos do Anexo B; Apêndice E nº 01/16 - Levantamento de Danos - Área Externa.

sódio, utilizando tintas resistentes ao mofo para aquela região. Para manchas do piso (eflorescência) será utilizada pequena quantidade de ácido muriático no local, enxaguando após o seu uso, conforme a instrução do fabricante. As camadas do reboco deteriorado serão renovadas aplicando novo chapisco nas paredes danificadas. Os aparecimentos das trincas e fissuras serão renovados os revestimentos, também serão removidos todos os fragmentos de tintas velhas com uma raspadeira ou escova de aço e lixe a superfície, se a ruptura ocorrerem nas camadas mais profundas, o uso de uma massa corrida pode ser necessário, depois pinta-se com uma tinta que tenha durabilidade, facilidade de aplicar e de boa qualidade.

Quadro 01: Soluções para problemas de patologias na edificação.

MANIFESTAÇÃO	REPARO
Proliferação de cupim	Dedetizar todos os ambientes com cupinicida.
Destruição do Piso	Para manchas Eflorescência, diluída pequena quantidade de ácido muriático no local depois enxaguando após o seu uso.
Trinca/Fissura	Renovação do revestimento e da pintura
Umidade	Eliminação da infiltração da umidade, manter um bom estado de impermeabilização no local. Sempre leia as instruções do fabricante.
Microrganismo (fungos, manchas escuras, etc)	Limpa o local que esteja contaminado utilizando produto hipoclorito de sódio, hidrofugante, em todo local afetado.
Deterioração de Reboco	Renovação da camada do reboco, aplicação de chapisco ou outro artifício para melhoria da aderência.
Pintura Desgastada	Retirar todas as tintas velhas, lixar, limpar, e pintar com tinta adequada para cada ambiente.

Fonte: PACHECO, Olgaci.2018.

O prédio apresenta grande parte da sua estrutura com presença de danos causada por vários tipos patológicos (figura 44), como fungos, trincas, fissuras, devido, principalmente pela falta de manutenção, ausência de esquadrias, infiltração, umidade, presenças de xilófagos fazendo com que o processo de desagregação da alvenaria ocorra mais rápido.

Figura 44: Bloco do Anexo B.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

A estrutura do prédio é de alvenaria, a parede rebocada encontra-se danificada com machas escuras e bastante bolor, devido ao abandono e desuso do lugar, com rachaduras e fissuras nas paredes e com problemas com umidade e presenças de cupins, a cobertura em madeira de quatro águas estão com madeiramento em estado de apodrecimento ocasionado pela água da chuva, algumas telhas estão quebradas, aparecimentos de manchas e florescências nos pisos, como mostra no apêndice do mapa de danos (figuras 45 e 46).

Figuras 45, 46: Estrutura do lado esquerdo do prédio. Imagem da madeira apodrecida do telhado.



Fonte: PACHECO, Olgaci.2018.

A ficha do mapa de danos do Bloco Principal mostra que aparentemente a fachada frontal do prédio encontra-se em ótimas condições, devido à pintura que foram feitas quando funcionava a escola. Já a escada da entrada principal (figuras 47, 48 e 49) existe presença de trincas e fissuras nos degraus, desgastes da pintura do corrimão e erosão causada pelo uso (verificar no Apêndice A do mapa de danos).

Figuras 47, 48 e 49: Escada Principal trincado. A 2ª e a 3ª imagem são do corrimão com pintura desgastado com erosão.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Nas salas de aula alguns pisos apresentam cerâmica quebrada, machas de infiltração nas paredes com fungos e bolor, como mostra no mapa de danos que encontra no apêndice A e no Apêndice C deste trabalho (figuras 50 e 51).

Figura 50 e 51: Cerâmica quebrada do piso e fungos na parede.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

O palco do auditório apresenta poucos danos em seu piso de madeira, e o forro possui manchas amarelas causadas pela infiltração, enquanto que os banheiros há bastante proliferação de cupins, e com seu encanamento totalmente comprometido, além das esquadrias danificadas (verificar no Apêndice A do mapa de danos) (figuras 52 e 53).

Figura 52 e 53: O Palco e o forro do Auditório.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

As paredes e o forro dos corredores centrais (figuras 54) apresentam manchas marrons com presenças de fungos, todos os rebocos estão comprometidos (verificar no Apêndice A do mapa de danos).

Figura 54: Imagem do Corredor Central.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

O forro do refeitório está contaminado de mofo, e a porta do lado direito à madeira está em estado de deterioração, o piso apresenta manchas de eflorescência (verificar no Apêndice A do mapa de danos) (figuras 55, 56 e 57).

Figuras 55, 56 e 57: Mofo no forro do refeitório, madeira da porta deteriorada, manchas eflorescência no piso.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

No mapa de danos do 1º Pavimento, vê-se a formação de manchas escuras com manifestação de fungos nas paredes da sala de aula, no forro apresenta manchas pretas com proliferação de fungos, com desgaste no reboco dos vãos da esquadria e ausência de vidro nas folhas das janelas, no reboco do rodapé a desgaste e presença de trincas, e também rachadura na parte superior da porta da sala de aula (verificar no Apêndice B do mapa de danos) (figuras 58, 59 e 60).

Figuras 58, 59 e 60: Fungos na parede, reboco dos vãos da esquadria desgastado e rachadura na parte superior da porta.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

No mapa de danos do Anexo A, as paredes das salas de aula apresenta-se deterioração do reboco, deslocamento das películas das tintas devido à umidade na parede, manchas com fungos na parede provocada pelo ambiente fechado, e também presenças de insetos e micro-organismo nas paredes, proliferação de cupins nos caixilhos. No forro do banheiro também fora comprometido pela ação da umidade e de micro-organismo, verificar no Apêndice C do mapa de danos (figuras 61, 62 e 63).

Figuras 61, 62 e 63: Reboco da parede deteriorada, deslocamento da película da tinta e cupins nos caixilhos.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

No Anexo B, o levantamento de danos encontra-se em deterioração do reboco da sala de aula, janelas danificadas pelos cupins, manchas esbranquiçadas nas paredes provocadas pela umidade, aparecimentos de trincas na parede e próximo ao rodapé, destruição da madeira do forro pela ação da umidade, ataque dos xilófagos e micro-organismo, manchas (eflorescência) espalhada no piso da sala. O forro (compensado) do corredor destruído pelos xilófagos (verificar no Apêndice D do mapa de danos) (figuras 64, 65 e 66).

Figuras 64, 65 e 66: Reboco da parede e Janelas danificadas. Trinca próximo ao rodapé e o Forro do corredor.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

A Área Externa do Prédio do Bloco Principal, a fachada leste encontra-se manchas escuras, fungos e com trincas (verifica na foto 01 do apêndice E do mapa de danos), na lateral (esquerda) apresentam trincas, manchas pretas e formação de micro-organismo, fungo (na foto 02 e 03 do apêndice E do mapa de danos). Manchas de infiltração na parte superior próximo ao telhado com presença de fissura, e os madeiramentos do forro do beiral estão apodrecidos, com algumas telhas (Brasilit) quebradas (verificar na foto 04 do apêndice E do mapa de danos) (figuras 67 e 68).

Figuras 67 e 68: Fachada Leste do Bloco Principal. Parte superior próximo ao telhado.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Na foto 05 do apêndice E do mapa de danos, o entorno da parte externa das janelas do auditório à proliferação de micro-organismo e trincas. E na parede posterior do reboco do Auditório existem micro-organismos e bastantes fissuras (foto 06 e 07 do mapa de danos do apêndice E) (figuras 69 e 70).

Figuras 69 e 70: Janelas e Parede Posterior do Auditório.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Há desgaste dos rebocos dos pilares do bloco C e D (foto 08 do mapa de danos do apêndice E). As paredes anteriores do bloco principal a presença de fissuras e evasão de insetos (foto 09 do apêndice E do mapa de danos). E também na parede posterior do refeitório mostra presença de trincas (foto 10 do apêndice E do mapa de danos) (figuras 71, 72 e 73).

Figuras 71, 72 e 73: Pilar do Bloco C, e a Parede anterior do Bloco Principal. Parede posterior do Refeitório.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Na foto 11 dos levantamentos de danos mostra um buraco na estrutura posterior da copa e também com trincas. Na ficha 10 do apêndice E a imagem do Anexo B a parede encontra-se trincados, com manchas pretas (fungos) e presenças de insetos (cupins). E também na passarela próximo do telhado encontram-se mais cupins (figuras 74, 75 e 76).

Figuras 74, 75 e 76: Parede Posterior da Copa. A 2ª imagem parede lateral da sala de aula. Telhado da Passarela.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

O forro do corredor do bloco D é de compensado, e está em estado deterioração com evasão de cupins, micro-organismo, fungos e raízes, (verificar na foto 14 do apêndice E do mapa de danos). Na parte posterior do bloco D os rebocos da parede estão bastante desgastados e pequenos pontos pretos (fungos) como mostram na foto 15 do apêndice E do mapa de danos (figuras 77 e 78).

Figuras 77 e 78: O Forro do corredor e a Parede posterior do Bloco D.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Na figura 79 comprova-se que os beirais estão degradados devidos do ataque de xilófagos (Apêndice E do mapa de danos).

Figura 79: Beiral do Auditório



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

A estrutura do bloco B apresenta fissura, trinca próximo ao arco, como mostra nas figuras 80, 81: Na foto 81 o reboco da mureta e do pilar estão desgastados, trincados e com micro-organismos, fungos (verifica E do mapa de danos).

Figuras 80 e 81: Estrutura Posterior do Bloco B. Pilar do lado esquerdo do Prédio principal.



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

A maioria dos problemas foi identificada, relacionados á umidade presente na edificação, uns dos motivos dos aparecimentos das patologias encontrados no prédio, além da falta de manutenção, são devido os ambientes abandonados, proporcionando aos invasores (micro-organismo) ataques mais rápidos, com ausência de telhas a chuva invade o local provocando infiltração nas paredes, dando oportunidade para os micro-organismos e insetos tomarem conta do lugar, provocando danos nas estruturas.

3 MEMORIAL DA PROPOSTA ARQUITETÔNICA

Representado por um labirinto dissimulado pela superfície cativante de um espelho, o patrimônio arquitetônico e urbano, com as atitudes conservatórias que o acompanham, pode ser decifrado como uma alegoria do homem na aurora do século XXI: incerto da direção em que o orientam a ciência e a técnica, busca um caminho no qual elas possam libertá-lo do espaço e do tempo para, de forma diferente e melhor, deixar que os invista (CHOAY, op. cit., p. 258).

O trecho, acima transcrito, traduz a incerteza que cerca a salvaguarda do patrimônio hoje. Apesar da evolução das teorias de restauro, do surgimento de novas ou renovadas teorias, da abrangência dos estudos relacionados à preservação do patrimônio, ainda é lenta a conscientização da população, de uma forma geral, incluindo-se os profissionais que atuam na área da arquitetura, sobre a importância de se preservar a memória arquitetônica da civilização atual e passadas.

Choay (2003) traduz, no trecho acima, de forma até poética, o futuro que, para a preservação do patrimônio, parece incerto. Baseado nas análises acima desenvolvidas sobre o conceito alargado daquilo que é considerado “bem de interesse cultural” (os monumentos históricos de Riegl), em que a construção da Escola Estadual Barão do Rio Branco se enquadra, bem como nas proposições de princípios teóricos de restauro que deveriam reger as intervenções práticas, formuladas por importantes teóricos, apresentam-se a seguir alguns preceitos que deveriam guiar as intervenções em edificações de interesse histórico.

O monumento é uma obra criada pelo homem, com o intuito de conservar sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de ação ou destino do mesmo, relacionando-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo (RIEGL, 2006). Estas, por sua vez, agregam valores aos monumentos.

Essas propostas se relacionam com a vertente “crítico-conservativa”, e assim como Kühl (2005) fez para o tratamento de superfícies busca-se aqui elaborar uma releitura dos princípios apresentados na Carta de Lisboa, e também por outros teóricos, para sua aplicação em edificações reconhecidas como patrimônio histórico, no caso, a Escola Estadual Barão do Rio Branco.

A revitalização consiste na reestrutura de um conjunto urbanístico ou obra arquitetônica, ou seja, na série de trabalhos que visam revitalizar, dar nova vida ou reabilitar, dar nova habilidade a determinada obra que se encontra em deterioração ou mesmo desuso (CASTENOU NETO, 1992). Para tanto, segundo o mesmo autor, permite-se reformular componentes – elementos constituintes -, associar novas funções e acrescentar intenções ao projeto, desde que se mantenha total ou parcialmente o caráter original.

Logo, revitalização não é apenas uma forma de falar, mas sim um ato consciente, com metas e projetos próprios para este fim. Consiste no ato de recuperar, conservar, preservar e dar nova vida ao ambiente intervindo. Sua principal qualidade reside na equiparação do espaço anterior às novas necessidades de usos (BRANDI, 2006).

Deve-se mantê-lo como referência do passado, um ponto em que a história está preservada em si, porém sem perder o olhar no novo, moderno e útil. É importante valer-se da arquitetura-arte para chamar atenção para a cultura diversificada de cada país, e ter a arquitetura como pretexto para ressaltar a história.

Com a revitalização, não somente preserva-se a história, mas também se dá a ela novo começo. Revitalizar é criar um ser vivo cuja história foi importante, mas ainda não findou, acompanhando a modernidade e se necessário, com novos materiais inseridos ao conjunto arquitetônico. Segundo Boito (2003), a revitalização deve ir além do restauro, que é devolver a integridade inicial a um edifício, preservando a história para que seja contada e lembrada. A revitalização é, portanto, intervir em um edifício, preservando sua história, e dar-lhe características modernas, traçando, a partir disto, uma história nova (BOITO, 2003).

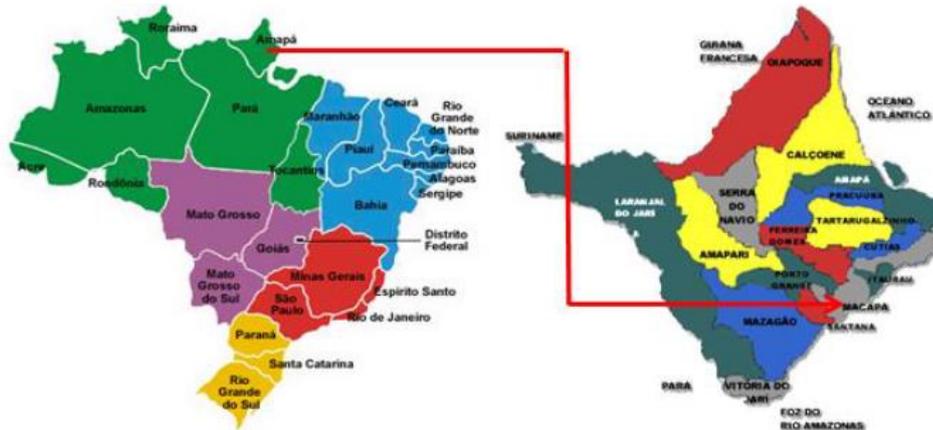
Fica claro que não basta se distinguir apenas o prédio antigo do novo, mas faz-se necessário estar atento ao resultado como um todo. Por esse motivo surgem teorias sobre a intervenção em edifícios de valor histórico cultural, ao longo do último século e meio, e que foram evoluindo de forma que cada uma, ao seu tempo, leva em conta os desafios envolvidos na defesa do patrimônio, seja ele público, privado ou pessoal (BRANDI, 2005).

Neste panorama, todavia há as paisagens urbanas remodeladas objetivando o mercado, no qual este não é um dos objetivos deste trabalho, fundamentando-se no “maquiamento” da pobreza e outras problemáticas sociais, valorizando, assim, a perspectiva da artificialidade. Contudo, atentando para não se relacionar com a questão acima mencionada, procurou-se valorizar a relação com a memória cuja essência é a identidade – indispensável à sobrevivência de um povo – que atualmente é representada pelas obras arquitetônicas, ocupando o espaço da narrativa oral dos povos antigos (CASTRIOTTA, 2007). Com isso, ao longo do tempo, em que o homem modificou sua maneira de observar e vivenciar sua relação, às paisagens alteram o espaço urbano.

3.1 ESTUDO DO TERRENO ENTORNO

O objeto de estudo, está localizado em um dos bairros mais nobres da cidade de Macapá do estado do Amapá, situado na Avenida FAB no nº 122, bairro Central, entre Ruas Cândido Mendes e São José, como mostra as figuras 82 e 83.

Figuras 82 e 83: Mapa do Brasil e do Estado do Amapá



Fonte: Portal da Transparência – Governo Federal

Relaciona-se os aspectos físicos do terreno, percebendo-se que a área é superfície plana, regular, de grande extensão, chegando a abranger a metade de um quarteirão com as dimensões de 115m de comprimento e 62m de largura, com ventilação predominante, segundo a Prefeitura Municipal de Macapá – PMM, o prédio está no lote 397, seção 001, quadra 043.

A figura abaixo mostra que o edifício volta-se para o sul permitindo maior incidência solar no sentido leste/oeste, o que afeta apenas as áreas laterais dos blocos e os espaços livres ente eles, no entanto, alguns desses contam com abundante arborização o que ameniza a insolação, além de maximizar os efeitos da ventilação predominante, que na região advém principalmente do nordeste.

Figura 84: Localização – Escola Barão Rio Branco

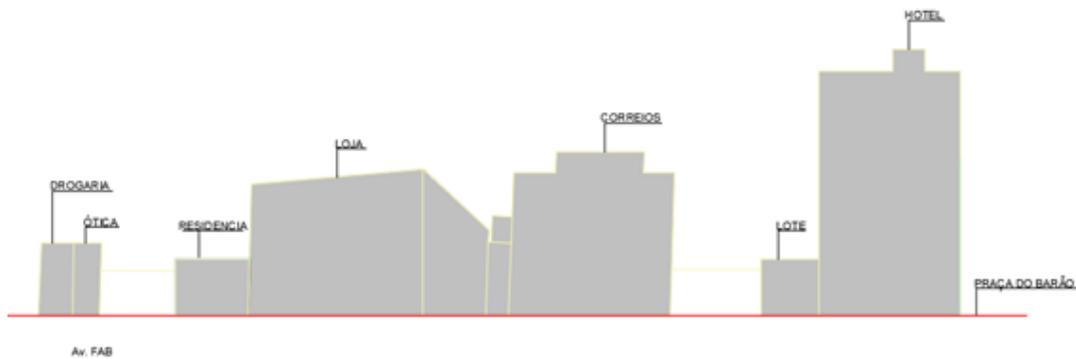


Fonte: www.google.maps.com, adaptado pela autora, 2018.

No entorno da área de intervenção foram identificados diversos usos como institucional, residencial, comercial e área de lazer, como mostra na Ficha do Relatório do Estudo Skyline, nas figuras (85, 86, 87, 88), presente nas fichas 02/05, 03/05, 04/05 e 05/05 e levantamento do entorno fotográfico que encontra no apêndice I deste trabalho.

No estudo do skyline percebe-se que no perímetro onde localiza-se a Escola Estadual Barão do Rio Branco, há edificações de médio porte (altura) e que seu entorno é composto por praça, escola, residencial, prédio comercial (hotel, correios, lojas, drogaria).

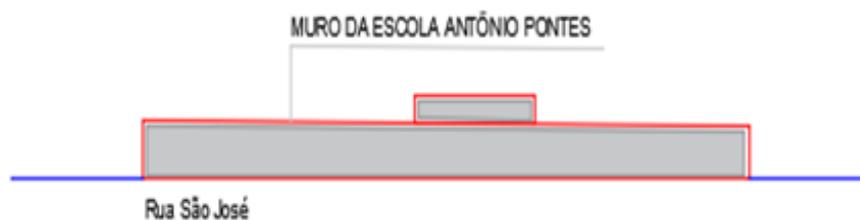
Figura 85: Levantamento do Entorno - Skyline



Fonte: PACHECO,Olga.2017.

Na figura 86 mostra-se representado o muro da Escola Estadual Antônio Pontes que fica na Avenida FAB esquina com a Rua São José.

Figura 86: Levantamento do Entorno - Skyline



Fonte: PACHECO,Olga.2017.

Na imagem abaixo tem-se a Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho (SEMAST).

Figura 87: Levantamento do Entorno - Skyline



Fonte: PACHECO,Olga.2017.

Na figura 88 mostra a presença do prédio do SUPERFÁCIL, uma casa abandonada e ao lado de um prédio em construção.

Figura 88: Levantamento do Entorno - Skyline

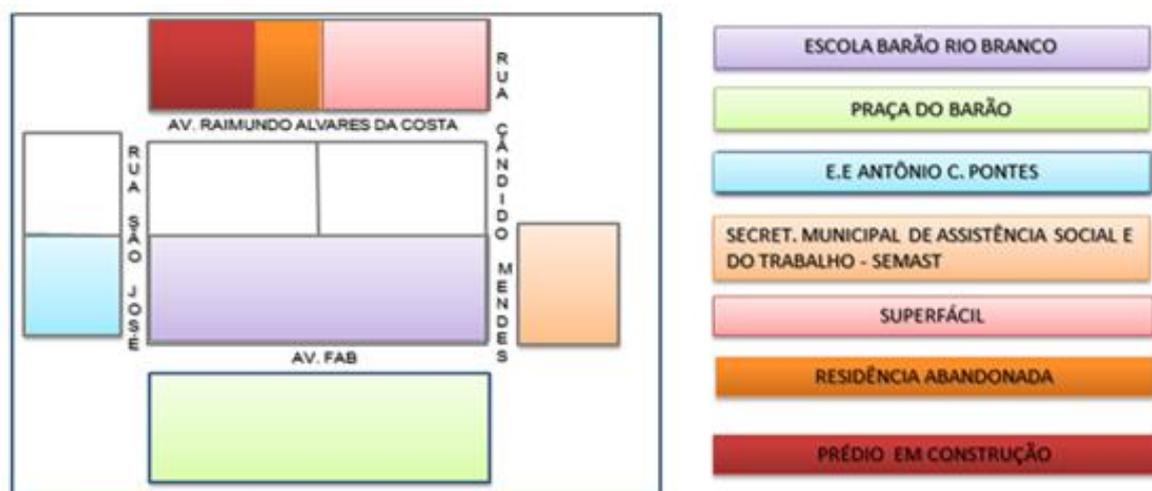


Fonte: PACHECO,Olga.2017.

Portanto, infere-se que é uma área de intenso fluxo na maior parte do dia, próximo a vias muito movimentadas onde circulam ônibus e veículos de pequeno e médio porte.

Na figura abaixo estão identificados por cor, alguns dos usos próximos a Escola Estadual Barão do Rio Branco (como mostra a figura 89).

Figura 89: Levantamento do Entorno



Fonte: PACHECO,Olga.2017.

Segundo o Plano Diretor vigente da cidade desempenham-se atividades diversas (comercial, lazer, institucional e serviço) no setor SC, devido a sua posição na morfologia da cidade, a Escola Barão do Rio Branco encontra-se em área de grande fluxo viário, em virtude de sua delimitação com a principal avenida da cidade que garante a ligação viária entre a zona norte e a zona sul, o que, por conseguinte significa grande numero de linhas de transporte público circulando nas imediações.

De acordo com o Código de Lei e Uso e Ocupação do Solo do Município de Macapá, a Escola Barão do Rio Branco se encontra na Zona Comercial como mostra no quadro 02, local que provém alta densidade, com baixa verticalização e também incentiva a locação de serviço e comércio da cidade.

Quadro 02: Densidade de Ocupação do setor comercial

Setor	Diretrizes para intensidade de ocupação	Parâmetro para ocupação do solo				Afastamento Mínimo	
		CAT Máximo	Altura Max. para edificação	Taxa de ocupação Max.	Taxa de impermeabilida de mínima	Frontal	Lateral e fundos
SC	Alta densidade Vertic. baixa	1,2(a) ou 1,5(b) ou 2,0(c)	14	80%	Isento até 2.50 m ²	3,0	1,5 ou 2,5 (e) ou 0,3 x H (d)

Fonte: Uso e ocupação de solo de Macapá, adaptado pela autora, 2018.

De acordo com o quadro de uso de atividades o setor comercial (Quadro 03) denominado do centro comercial e de serviço da cidade, ou seja, seu uso permitido são residenciais uni e multifamiliar, comercial e industrial dos níveis 1 e 2, além de permitir serviço níveis 1,2 e 3, porém em relação ao mesmo só poderá ter atividades como cinema e teatro que se encontram no uso de serviço nível 3.

ANEXO III

Quadro 03: QUADRO DE USOS E ATIVIDADES.

SETOR	USO E ATIVIDADES		
	DIRETRIZES	USOS PERMITIDOS	OBSERVAÇÕES
Comercial (SC1)	Centro de comercio e de serviços da cidade.	Residencial uni e multifamiliar ; comercial e industrial níveis 1 e 2; de serviços 1,2,3 e 4.	Somente cinema e teatro no uso de serviço nível 3 e nível 4, somente hotel ou pousada.

Fonte: Lei Complementar 029/2004 – Do Uso e Ocupação do Solo do Município de Macapá

3.2 NORMAS

Dentro desta pesquisa, o projeto atende normas vigentes da ABNT para edificações, Leis, decretos Municipais, Estaduais e Federais.

Há uma preocupação mundial em preservar o patrimônio histórico da humanidade, através de leis de proteção e restaurações que possibilitam a manutenção das características originais. Mundialmente, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciências e Educação), fundada em 16 de novembro de 1945, com o intuito de fornecer paz e segurança no mundo por meio da educação, ciência, cultura e comunicação, com objetivo salvaguardar o Patrimônio Cultural e Natural.

No Brasil, existe o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado em 13 de Janeiro de 1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº25 no dia 30 de Novembro de 1937, órgão responsável pela proteção dos bens tombados em nível federal, sua tarefa é proteger e valorizar o patrimônio cultural, de preservar os acervos patrimoniais materiais e imateriais, defender e favorecer os bens culturais do país. As iniciativas do órgão constituem-se basicamente em portarias que definem algumas regras para projetos de restauro, aplicáveis em casos particulares, em bens tombados pelo órgão. Ou seja, as orientações contidas nestas portarias tem sua aplicação exigida apenas em bens tombados pelo IPHAN, colocando-se apenas como sugestão genérica a adotar em casos similares.

O IPHAN atua em conjunto com a sociedade para preservar realizações materiais e imateriais representativas da criatividade, diversidade, expressividade e excepcionalidade produzidas em todas as épocas e em todas as regiões do Brasil. O maior objetivo é guardar para as gerações futuras a oportunidade de conhecer e vivenciar o patrimônio brasileiro que faz parte da história da construção da nação e da identidade locais.

O Art. 1º da lei nº25/37 constitui o Patrimônio Histórico e Artístico nacional o conjunto dos bens moveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, que por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Através dos seus atos de proteção o inciso § 1º propondo os bens a que se refere o presente artigo só será considerado parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separados ou agrupamento num dos quatro livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

O Estatuto de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Macapá, criado pela Lei nº 1.831 de 2010, constituído de 49 artigos, disposto sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade de Macapá. Além das leis podem-se encontrar outros

dispositivos legais que tratam questões da preservação do patrimônio cultural e municipal, como a Lei Orgânica de Macapá em alguns dos seus capítulos:

IV – Atribuindo a responsabilidade da proteção dos bens culturais ao município;

XI – Que dispõe sobre a Cultura e Patrimônio Histórico e Cultural, sendo destacados os artigos 306 e 309.

O Art.306 o Poder Público com a colaboração da comunidade protegerá o patrimônio histórico e cultural do município por meio de inventários, tombamentos, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

O Art.309. Integram o patrimônio cultural do município, os bens móveis, imóveis, públicos ou privados, de natureza ou valor histórico, arquitetônico, arqueológico, documental ou qualquer outro existente no território municipal, cuja conservação e proteção sejam do interesse público (LEI ORGÂNICA DE MACAPÁ, 2002, p.93).

O Plano Diretor de Macapá (2004), instituído pela Lei Complementar nº 026/2004, define como integrantes do patrimônio cultural, paisagístico, bens imóveis de valor histórico e cultural, os sítios arqueológicos, os quilombos, os espaços históricos ou de manifestações culturais e paisagem urbana da cidade.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF/88, no artigo 5º determina o direito de ir e vir de todos os cidadãos brasileiros, ou seja, qualquer pessoa, inclusive com deficiência ou mobilidade reduzida, deve ter direito de chegar confortavelmente a qualquer lugar, ou seja, o direito de locomoção, porém para as pessoas com deficiências não são utilizados, pois a maioria dos espaços públicos não são adequados ou adaptados para os mesmos.

Outro ponto normativo importante é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), responsável pela elaboração e edição de normativas no Brasil, não conta com normas aplicáveis ao estudo diagnóstico ou curativo ao patrimônio histórico. Não tratam de materiais tradicionais. O que existe são normas que definem tratamento de muitos materiais.

A norma 9050/2015 estabelece que o piso tátil deva ser utilizado em todos os locais públicos, como nos corredores, estacionamento, jardins, calçadas o que dar acesso ao estabelecimento para auxiliar as pessoas com deficiência visual.

Segundo ABNT deve existir uma faixa livre no centro da calçada, com largura mínima de 1,20 m, conforme estabelece a NBR 9050/2015, acessibilidade de pessoas com deficiência a edificação, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

A NBR 9050 - Acessibilidade a edificação, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, prevêem além dos espaços com dimensionamentos adequados, todos os equipamentos de acordo com o especificado na norma, como: barras de apoio, equipamentos sanitários, sinalizações visuais e táteis.

A sinalização tátil, quando instalado no piso, tem a função de guiar o fluxo e orientar o direcionamento nos percursos de circulação por parte da pessoa com deficiência.

No caso do Piso Tátil Direcional deve ser utilizado na ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, como guia de caminhar em ambiente interno ou externo, ou quando houver caminhos preferenciais de circulação.

O Piso Tátil de Alerta – deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvem risco de segurança, que são instalados nos locais no início e término de escadas (fixas ou rolantes) e rampas, em frente à porta de elevadores, rebaixamento de calçadas, nas faixas elevadas de travessias.

O Decreto Federal nº5296/2004, trata que os estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, dois por cento (2%) do total de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência física ou visual definidas neste Decreto, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Essas vagas deverão se apresentar devidamente sinalizadas (horizontal e vertical).

No projeto arquitetônico da Proposta da Revitalização será adequado com a norma da ABNT NBR 9050/2015 que trata sobre a acessibilidade na edificação, ganhar-se à rampas nos dois lados da entrada principal com piso antiderrapante com inclinação adequada para subir e descer em cadeira de roda e terá piso tátil de alerta em seu início e fim, com corrimão dos dois lados.

3.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES, SETORIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

A arquitetura de intervenção consiste em um espaço planejado para educação de ensino fundamental com edificação em dois pavimentos, ocupando um terreno de 6.588,35 m². Planejado para atender os alunos de 1º a 8º série e todos os funcionários necessários a trabalhar neste estabelecimento.

Hoje no local atual de funcionamento, consta um quantitativo de 1.239 (mil duzentos e trinta e nove) alunos, distribuídos de 1º a 8º série, funcionando nos turnos da manhã e tarde. O Corpo Docente é constituído de 35 (trinta e cinco) professores.

Segundo Neves (1998) a setorização do programa arquitetônico é o exemplo geral da categorização das funções por atividades afins: setor administrativo, setor serviço, etc. Onde

os setores se ligam entre si estipulando estratégias arquitetônicas ligadas a funcionalidade da edificação.

A partir deste programa de necessidades, que o mesmo permanecerá para o ensino médio e fundamental, haverá apenas modificações no layout, com os cuidados de não atingirem as características originais da edificação, estabelecendo-se uma organização dos espaços com a seguinte setorização e dimensionamento, conforme mostra o Quadro 04 que está subdividida em: Setor Administrativo, Setor Público, e Setor de Serviço, com seus respectivos ambientes.

Quadro 04: Tabela de Setorização e Dimensionamento.

SETOR ADMINISTRATIVO		
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA
Secretaria	Registro atendimento ao público e administrativas	35.32 m ²
Direção	Atendimento ao público, Realização de planejamento.	16.81 m ²
Lavabo da Sala da Direção	Necessidades fisiológicas	2.40 m ²
Diretor Adjunto	Apoio à direção da escola	8.11 m ²
Sala dos Professores	Convivência e pesquisa	26.04 m ²
Biblioteca	Sala de pesquisa, de estudo.	62.70 m ²
Sala Rádio	Desenvolvimento de projetos educativos	13.28 m ²
S. Serviço Técnico Pedagógico	Administra e Organiza as atividades escolares	8.90 m ²
TOTAL		173.56 m²

SETOR PÚBLICO		
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA
Hall / Recepção	Local de recepcionar as pessoas	7.05 m ²
Sala de Aula do Bloco A	Desenvolve atividades educacionais	51.76 m ²
Sala de Aula do Bloco A	Desenvolve atividades educacionais	120.18 m ²
Sala de Aula do Bloco C	Desenvolve atividades educacionais	46.84 m ²
Sala de Aula do Bloco C	Desenvolve atividades educacionais	136.80 m ²
Sala de Aula do Bloco B	Desenvolve atividades educacionais	142.80 m ²
Sala de Aula do Bloco B	Desenvolve atividades educacionais	47.50 m ²

Sala de Aula do Bloco D	Desenvolve atividades educacionais	47.84 m ²
Sala de Aula do Bloco D	Desenvolve atividades educação Física	47.97 m ²
Sala de Aula do Bloco D	Desenvolve atividades educacionais	48.36 m ²
Sala de Aula do Pav.Térreo	Desenvolve atividades educacionais	132.60 m ²
Sala de Aula do Pav.Térreo	Desenvolve atividades educacionais	136 m ²
Sala de Aula do Pav. Superior	Desenvolve atividades educacionais	130.62 m ²
Sala de Aula do Pav. Superior	Desenvolve atividades educacionais	132.60 m ²
Auditório	Espaço para palestras, seminários.	170.41 m ²
Sala de Projeção	Projeção de filmes	26.96 m ²
Lab. de Informática	Desenvolve atividades educacionais	51.76 m ²
Sala de Espera	Aguarda atendimento	7.80 m ²
Guarita	Fiscalização e segurança	7.50 m ²
Jardim	Contemplação a natureza	940.49 m ²
TOTAL		2.433.84 m ²

SETOR SERVIÇO		
AMBIENTE	DESCRIÇÃO	ÁREA
Estacionamento	Armazenamento de veículos	496.50 m ²
Depósito de Materiais	Armazenamento de materiais	3.65 m ²
Área de Serviço	Local para realização de serviços gerais.	2.74 m ²
Quadra Esportiva	Recreação esportiva	256.77 m ²
Banheiro de Funcionário	Necessidades fisiológicas	20.94 m ²
Banheiro de Alunos	Necessidades fisiológicas	6.34 m ²
Refeitório	Espaço para socialização	71.13 m ²
Lanchonete	Destinado ao lanche	7.02 m ²
Copa/Cozinha	Local para refeições rápidas para os funcionários e Preparação de alimentos	14.76 m ²
TOTAL		879.85m ²

Fonte: PACHECO, Olga.2018.

3.4 ESQUEMATIZAÇÃO (organograma)

Serão apresentados simultaneamente os esquemas de organograma da proposta e respectivamente dividido em três setores: Setor Administrativo, Setor Público e Setor de Serviço. Com a divisão, estabeleceu-se a seguinte hierarquia de ambientes.

Setor Administrativo: Compõe a área que rege e administra toda a edificação como a Secretaria, Direção, Lavabo da direção, Diretor Adjunto, Sala dos Professores, Biblioteca, Sala Rádio e Serviço Técnico Pedagógico.

Os setores administrativos são ambientes destinados a execução das tarefas administrativas da escola, como serviço de Orientação Pedagógica, Serviço de Orientação Educacional, Secretaria, Coordenação e Direção.

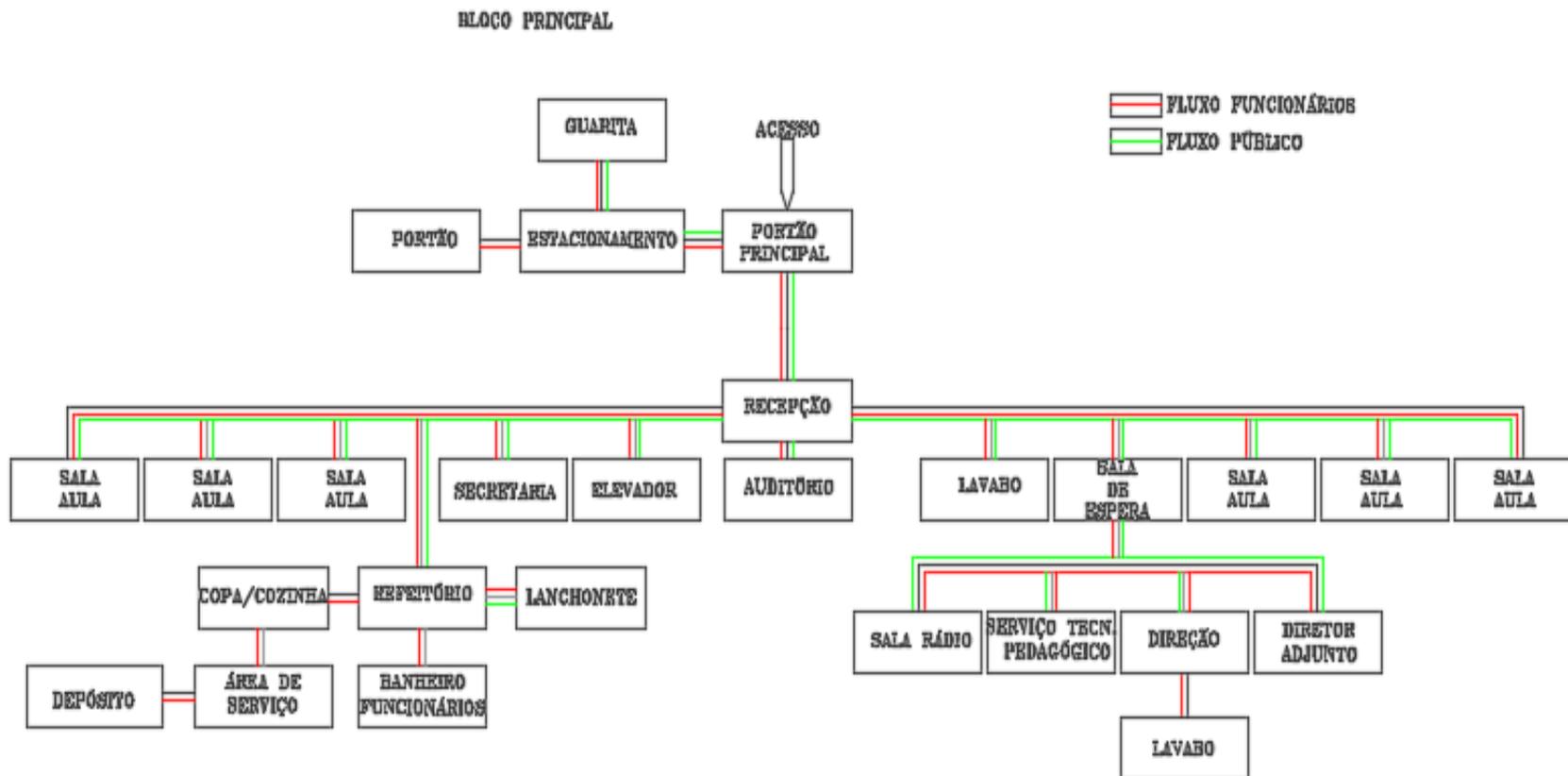
Setor Público: Hall/ Recepção, Salas de aulas, Auditório, Sala de projeção, Laboratório, Sala de Espera, Guarita e Jardins. São os ambientes que os alunos e os membros que fazem parte do quadro da instituição têm acesso.

Setor Serviço: Estacionamento, Depósito de Materiais, Área de Serviço, Quadra Esportiva, Banheiro dos Funcionários e dos Alunos, Refeitório, Lanchonete, Copa/Cozinha.

Os setores de serviço são ambientes liberados para equipe de apoio.

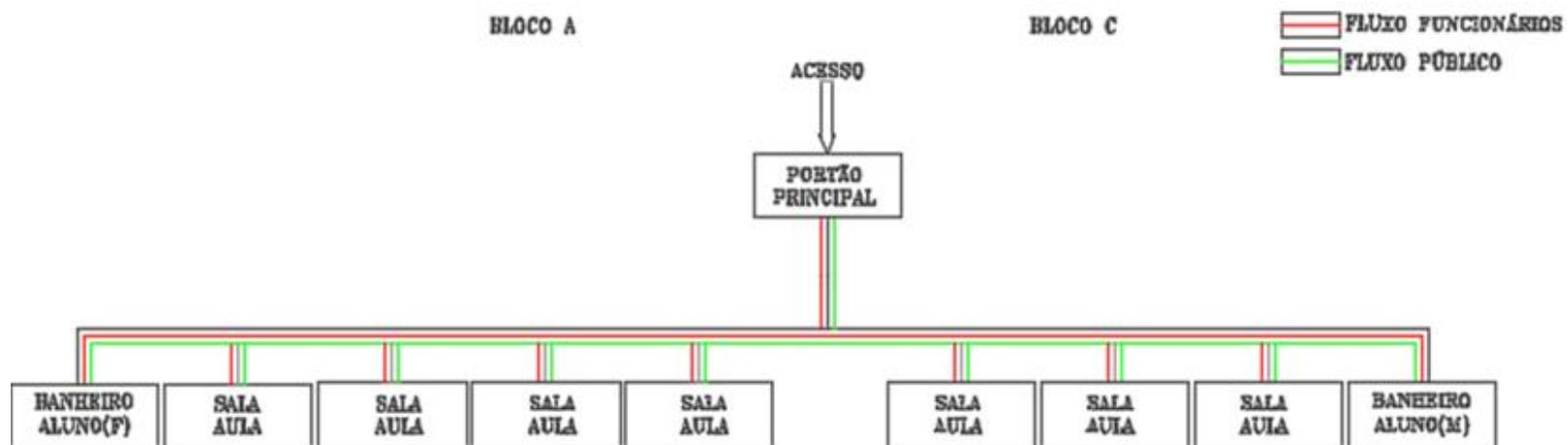
Os ambientes ligados pela em cor vermelha são de acesso livre a todos os funcionários, de acesso restrito ao público, como mostra na figura 90 e os que têm ligação por linha na cor verde mostram ambientes de acesso ao público e aos funcionários, como mostra os organogramas das figuras 91, 92, e 93.

Figura 90: Organograma do Bloco Principal



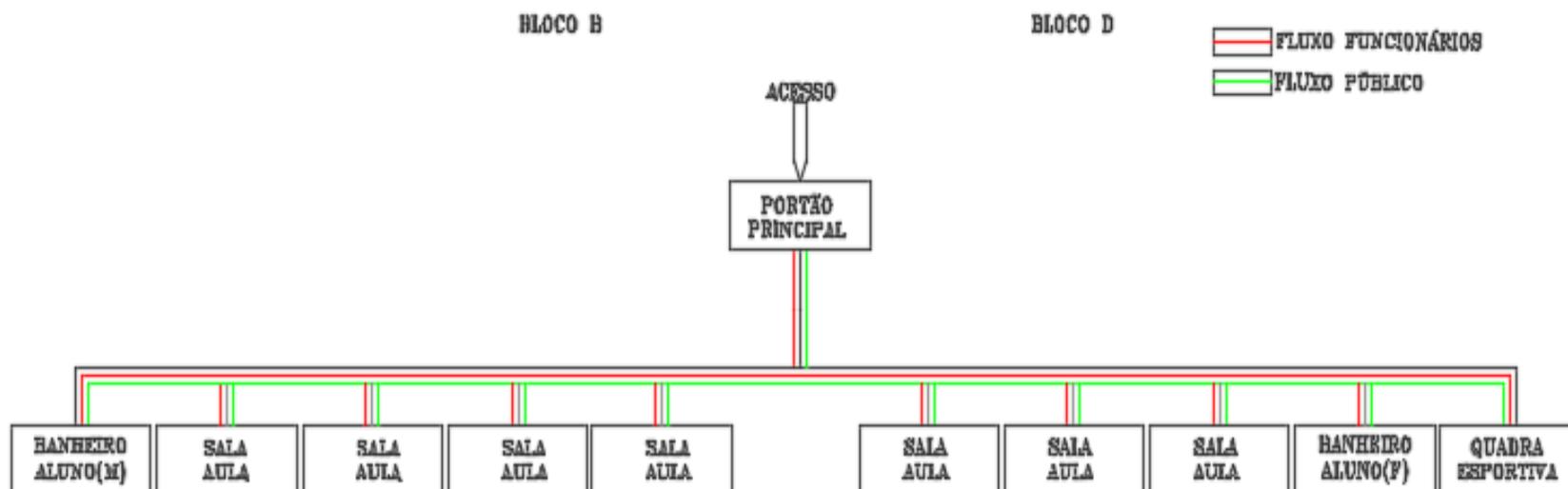
Fonte: PACHECO, Olga. 2018.

Figura 91: Organograma do Bloco A e Bloco c



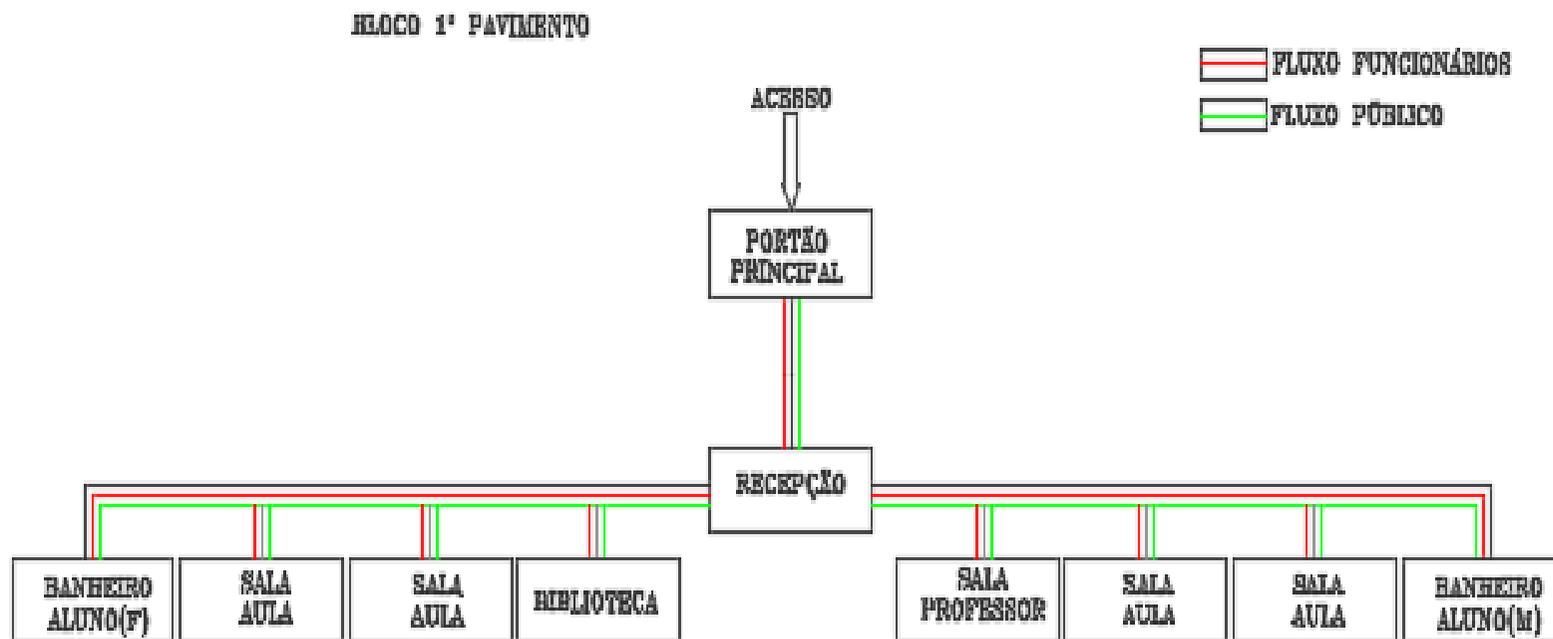
Fonte: PACHECO, olga.2018.

Figura 92: Organograma do Bloco B e Bloco D



Fonte: PACHECO, olga.2018.

Figura 93: Organograma do Bloco do 1º Pavimento



Fonte: PACHECO, olga.2018.

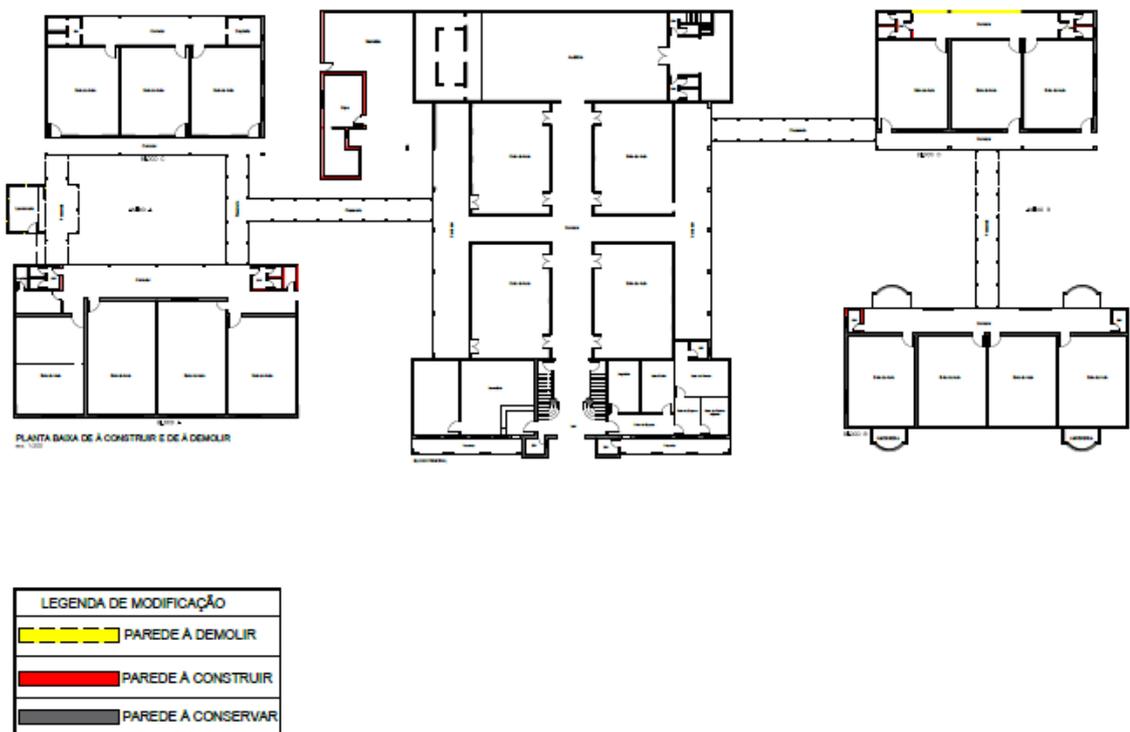
3.5 PROPOSTA

O projeto se destina a revitalizar a Escola Estadual Barão do Rio Branco, que se encontra fechado há mais de três anos, sua edificação tem grande importância histórica e memográfica para o estado do Amapá, por ser a primeira escola edificada, ainda permanecendo a mesma função, por fazer parte da memória afetiva da população, que há anos reivindica um destino para o edifício abandonado e pela necessidade de preservar a memória do local para novas gerações.

Dentro deste contexto serão demolidos os vãos que foram fechados na reforma anterior que serão removidos dentro das mais perfeitas técnicas, tomando os devidos cuidados aos demais elementos construtivos do prédio.

As alvenarias a serem removidas, indicadas no projeto arquitetônico são a lanchonete que vai ser retirada do local anterior para junção da mesma com o refeitório, remoção da antiga cozinha e da copa, criando novo espaço de integração para os alunos e funcionários, retirada da parede posterior do Bloco “D”, que foram fechados na reforma dos anos anteriores, e o vão da porta do auditório do lado leste onde era a antiga entrada do Cine Teatro Territorial dando outro acesso para ao auditório, como mostra na planta baixa da figura 94.

Figura 94: Planta Baixa de à Construir e à Demolir

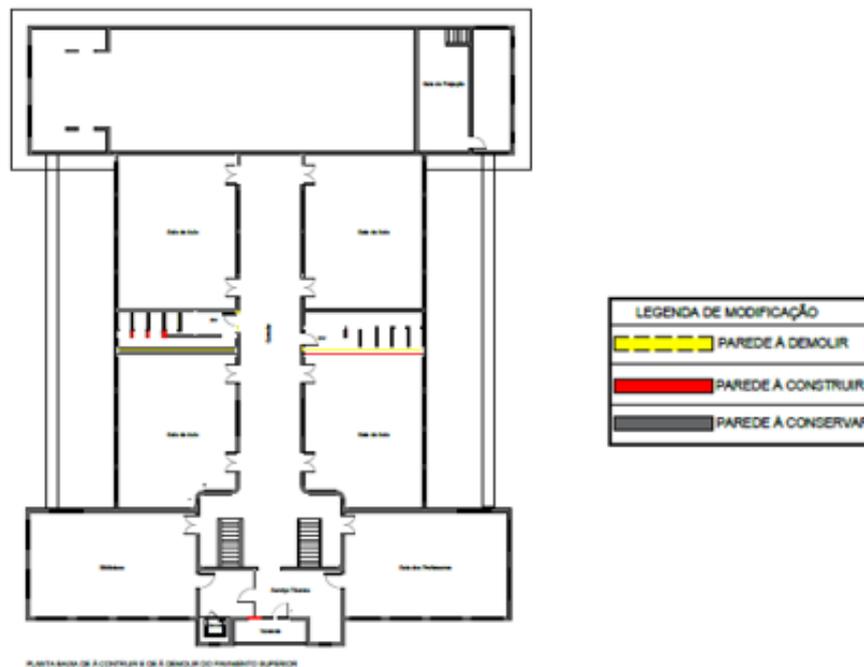


Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Serão construídos o refeitório, copa/cozinha, lanchonete, área de serviço e os banheiros dos funcionários no mesmo local, promovendo pequenas modificações que não prejudiquem os traços arquitetônicos originais; recuperações de vãos que foram fechados em reformas anteriores com objetivo de resgatar a memória entre a sociedade e a cidade, aliado às novas tecnologias; climatização das salas de aula; trabalhando-se com paisagismos ao entorno da escola, aproveitando espaços livres para melhor conforto da comunidade escolar sem ferir a estética tradicional do prédio; colocando o depósito de lixo no lugar estratégico para a remoção do mesmo; as paredes externas e internas ganharão novo leque de pintura.

Já no Pavimento Superior serão modificados algumas partes das paredes dos banheiros como mostra na figura 95 da Planta Baixa.

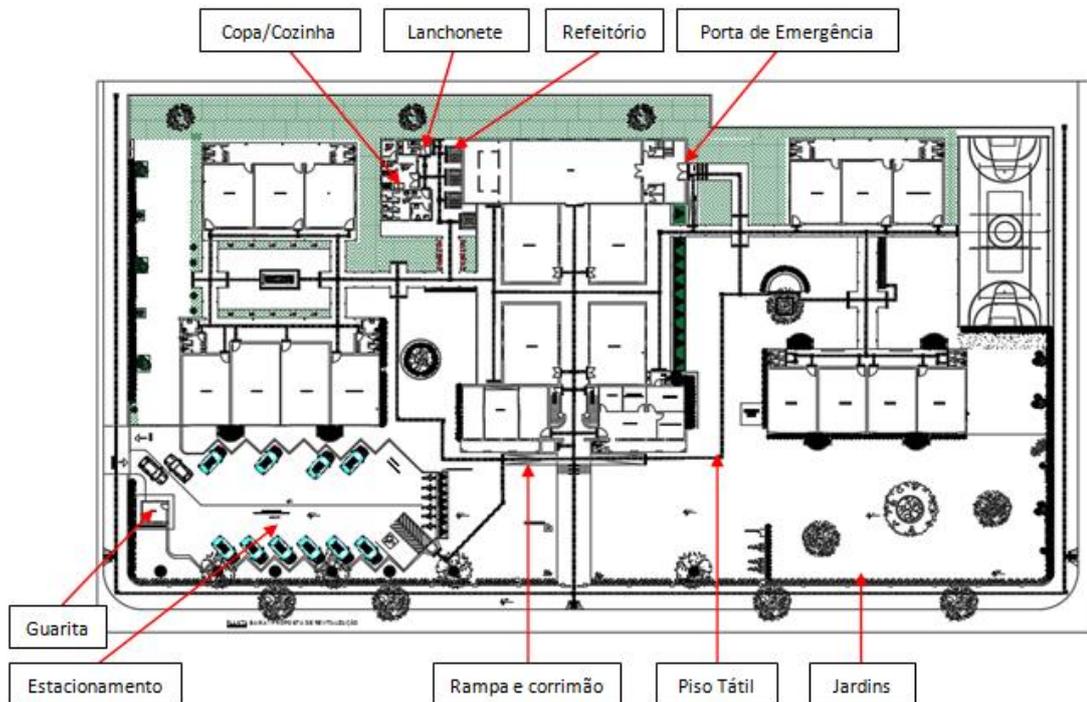
Figura 95: Planta Baixa de à Construir e à Demolir do Pavimento Superior



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Na planta Baixa esquemática, figura 96, vê-se a ampliação do refeitório, nova copa/cozinha, e lanchonete, estacionamento, guarita, área de serviço, depósito, piso tátil nos espaços internos e externos, banheiros dentro da Norma da ABNT 9050 atendendo a necessidade básica dos alunos e dos funcionarios.

Figura 96: Planta Baixa da Proposta



Fonte: PACHECO, Olga. 2018.

Sendo assim, a conceituação deste projeto volta-se primeiramente para contribuição de manutenção, de preservação e conservação do patrimônio público, preocupando-se com a reconstituição dos aspectos arquitetônicos, como os blocos com arcos neocoloniais, as colunas com capitel simplificado e as jardineiras curvilíneas.

As intervenções na instituição serão a substituição do muro pela grade com vegetação ao seu redor para que a população interaja com a escola, a junção da lanchonete com o refeitório com mudança de layout, oferecendo mais espaço para os alunos, os banheiros masculino e feminino dos anexos e do pavimento superior serão adaptados para atender portadores de necessidades especiais. Serão implantados jardins que poderão ser utilizados para vários outros fins pedagógicos, estacionamento para funcionários, e bicicletário.

A escada que dá acesso para primeiro pavimento ganhará guarda corpo e a reconstituição do corrimão, e no mesmo bloco será instalado elevador tipo plataforma para os cadeirantes ter acesso para pavimento superior.

A estrutura do prédio será recuperada de acordo com os danos: Será utilizada impermeabilização para prevenir novos danos causados pelo tempo.

Memorial Descritivo

O presente memorial trata de um projeto de revitalizar o espaço físico da Escola Barão do Rio Branco, restaurando a estrutura que foi analisada através do diagnóstico, com propostas de resgatar o prédio. Elaboração do projeto arquitetônico estará adequando a norma da ABNT NBR 9050/20015 ao ambiente da edificação tomando-os acessíveis para uso por portadores de necessidades especiais, sinalizando rotas acessíveis ligando os ambientes de uso administrativo, recreativo, esportivo e de alimentação, alocando na parte interna do prédio um elevador tipo plataforma padrão e rampa dos dois lados da entrada do prédio principal. É um espaço planejado para educação de ensino fundamental com edificação com dois pavimentos, planejado para atender os alunos de 1º a 8º série.

Baseado na análise de levantamentos de dados foi elaborado projeto arquitetônico de Revitalização da edificação e do entorno para recuperação da atividade educacional em sua origem. Para atender a norma 9050/2015, há implantação de novos banheiros para funcionários e nova reforma dos banheiros dos alunos.

Todos os materiais seguirão rigorosamente o que for especificado no presente memorial Descritivo, obedecendo às condições da ABNT. Enquanto a estrutura da edificação aqueles que estão em fase de deterioração serão trocados os materiais pelo similar ou de melhor qualidade. As esquadrias de madeiras e vidros serão recuperadas, ou substituídas pelas materiais similares.

Quanto às marcas dos materiais citados, quando não puderem ser as mesmas descritas, deverão ser substituídas por similares da mesma qualidade e deverão ser aprovadas pela fiscalização através de amostras.

Quanto aos Materiais utilizados:

1. Paredes

1.1 Paredes Internas e Externas

As paredes de alvenarias serão reconstituídas os rebocos ao traço original, aqueles que apresentarem instabilidade e não for possível a sua composição deverão ser removidos. Para que a tinta seja aplicada, o substrato deverá apresentar-se totalmente seco, sem nenhum ponto de resíduos, de umidade, com toda a tinta removida, emassada e lixada. A superfície deverá estar limpa, sem presença de sujeira, de mofo.

As paredes em alvenaria que serão construídas e as já existentes receberão pinturas em tons claros, com tinta Suvinil 100% acrílica semi brilho.

1.2. Paredes dos Banheiros

As paredes internas dos banheiros serão revestidos com pastilhas de vidro 30x30 cm; porém assentados com argamassa colante, a uma altura de 2 m do piso, como indicado no projeto.

1.3 Paredes da Copa/Cozinha e Lanchonete

Serão revestidas com azulejos do mesmo tipo do especificado nos sanitários, porém assentados a uma altura de 2,00m do piso, como indicado no projeto.

2. Pisos

2.1 Pisos da Circulação Central

O piso Korodur passará pelo processo de recuperação do revestimento através de empresa especializada, seguindo as normas técnicas, utilizado o polimento e tratamento das juntas com poliuretano, depois deverá ser resinado.

O piso do Auditório é o mesmo piso da circulação central que também será restaurado por pessoas especializadas. E o palco do auditório será de madeira de lei com encaixe macho fêmea com dimensão de 6x2cm de espessura e 3m de comprimento.

2.2 Das Salas

Os pisos serão substituídos pelo cerâmico de alta resistência com dimensão padrão de 40x40 cm, e o rodapé do mesmo material de 7,0 cm de altura;

2.3 Dos Banheiros Masculino e Feminino

Deverá ser instalado piso cerâmica antiderrapante em todos banheiros de edificação de 42x42 cm, cor branca ou similar, para assentamento utilizar argamassa e rejunte especial para cerâmica, cola apropriada para este fim, onde deverão ser seguidas as normas do fabricante, para garantir um bom acabamento.

2.4 Copa/ Cozinha, Lanchonete e Refeitório

Os pisos serão de cerâmica antiderrapante de 30 x 30 cm, cor branco neve, utilizando argamassa e cola apropriada para este fim, seguidas as normas do fabricante, para garantir um bom acabamento.

2.5 Passarela

Os pisos das passarelas dos anexos serão cimentados, desempenados e impermeabilizado;

3. Forro

Os forros das salas de aulas dos anexos e dos corredores serão de madeira de lei com largura 6x2cm de espessura e 3m de comprimento, tipo macho e fêmea que serão

devidamente imunizados a ação nociva de insetos antes da aplicação da pintura. Depois deste processo passara duas de mãos de tinta acrílica Suvinil, cor Branca Neve. Com exceção dos banheiros que então em ambiente que possuem teto em laje de concreto armado;

4. Teto

Os tetos em laje de concreto armado sem forro, o emassamento será aplicado e pintado com tinta 100% acrílica Suvinil, cor Branca Neve;

5. Cobertura

As peças das partes da estrutura de madeira danificadas serão retiradas da cobertura, como as terças, ripas, pernamancas que deverão ser recompostos com madeira similar para peças que estão totalmente degradadas, e reaproveitamento do madeiramento não danificado.

Todas as telhas de barro existentes na edificação deverão ser limpas com auxílio de uma escova e jato de água de modo a retirar toda a sujeira, utilizando produto apropriado para lavagem, como o sulfato de cobre. Caso se as telhas estiverem muitas deterioradas serão removidas e substituídas pelas outras telhas cerâmicas ou similares. Depois passar duas de mãos da tinta Metalatex do Coral tinta, para evitar proliferação de fungos, e redução de calor que os telhados transmitem para dentro dos ambientes.

Das passarelas a cobertura serão de telhas de aço galvanizado ondulado 0,5cm 100cmx3mx 43cm com calha integrada, na instalação siga sempre as recomendações do fabricante.

6. Calhas

As calhas deverão ser de PVC tendo uma borda fixada na estrutura da coberta de forma a captar toda a água escoada para proteger contra chuva e infiltrações das paredes, jutas às calhas deverão ser executadas colunas de escoamento de águas pluviais, com diâmetro de 100 mm;

7. Quadra poliesportiva:

A estrutura da quadra esportiva são de perfil metálico, com cobertura em telhas de aço galvanizado 0,5cm com calha integrada. O piso cimentado desempenado e impermeabilizado com pintura apropriada para piso;

Todos os elementos metálicos serão tratados com proteção antiferrugem e receberão pintura em esmalte sintético, cor azul;

8. Estacionamento

O piso do estacionamento serão de bloco intertravado formato retangular com dimensão de 10cm x 20cm e espessura de 8cm, cor cinza.

9. Rampa

A rampa possui pisos emborrachados antiderrapante com inclinação adequada para subir e descer em cadeira de roda e terá piso tátil de alerta em seu início e fim, com corrimãos dos os dois lados de aço inox.

10. Escada

Todos os degraus das escadas terão pisos antiderrapantes com piso tátil de alerta em seu início e fim. A escada que dar acesso para primeiro pavimento será recuperado corrimão, e suas peças deverão ser tratadas por agentes anticorrosivos ante da pintura;

11. Guarda corpo

O guarda corpo da escada principal será recuperado e pintado com tinta 100% acrílica;

12. Esquadrias:

Restauração das esquadrias (portas e janelas) dos ambientes deverá ser revitalizada as peças de madeiras de lei, igual ou similar às existente. Deverão também ser repostos os vidros lisos incolores de 10 mm de espessura, além das colocações de todas as ferragens (fechaduras, dobradiças e etc.) serão pintadas nas duas faces. Todas as peças das esquadrias de madeira serão imunizadas com cupinicida (penetrol cupim ou similar) aquelas que não servem para recuperar vão ser substituída. E as janelas de esquadrias de ferro com vidro embutido da fachada frontal do prédio principal terão um tratamento de antiferrugem (ferrolack) depois será pintada;

A instalação das portas deverá obedecer ao alinhamento, prumo e nivelamento indicados no projeto. Na colocação, não serão forçadas a se acomodarem em vãos fora de esquadro ou dimensões diferentes das indicadas no projeto. As juntas serão justas e dispostas de modo a impedir as aberturas resultantes da retração da madeira.

Os parafusos, cavilhas e outros elementos para a fixação das peças de madeira serão aprofundados em relação às faces das peças, a fim de receberem encabeçamento com tampões confeccionados com a mesma madeira. Se forem utilizados, os pregos deverão ser repuxados e as cavidades preenchidas com massa adequada, conforme especificação de projeto ou orientação do fabricante da esquadria.

A instalação das ferragens será realizada com particular cuidado, de modo que os rebaixos ou encaixes para os componentes tenham a conformação das ferragens, não se admitindo folgas que exijam emendas, taliscas de madeira ou outros meios de ajuste. O ajuste deverá ser realizado sem a introdução de esforços nas ferragens.

A distribuição das ferragens de fixação será feita de modo a também impedir a deformação das folhas onde estão colocadas. O assentamento das ferragens nas esquadrias

será executado com precisão de modo a serem evitadas discrepâncias de posição ou diferença de nível. No assentamento das ferragens será observado: o prumo para os espelhos, e as fechaduras rigorosamente no eixo da espessura das portas.

13. Fechaduras:

As fechaduras marca Lafonte, linha clássica c/602 acabamentos cromado brilhante, ou marca Papaiz, linha clássica 270, maçaneta/espelho, acabamento cromado, ou marca Stan, em forma de alavanca ref. 1600, acabamento espelho inox que serão localizadas a 1.00 m do piso acabado. As maçanetas dos banheiros são em forma de alavanca, em altura confortável. Todas as dobradiças deverão ser de primeira qualidade e resistente á oxidação, marca Lafonte ref. 85 acabamento cromado brilhante;

14. As Barras de Apoio:

Conforme a Norma 9050 Acessibilidade de pessoas com Deficiência receberão as barras conforme o projeto, serão metálicas de diâmetro 3,5 cm em inox ou equivalente técnico, será aplicado nas paredes das instaladas sanitárias na posição horizontal e vertical;

15. Espelho:

Todos os banheiros serão instalado nas paredes acima dos lavatórios dos sanitários espelho cristal nacional, espessura de 5 mm, bordas lapidadas, fixado com botões cromados, com dimensões variadas, conforme o projeto. Os espelhos deverão oferecer resistência à corrosão e proteção contra agentes agressores da prata. Deverão possuir alto grau de flexibilidade e planicidade.

O espelho será parafusado com parafuso francês serrilhado do tipo Finesson, com acabamento em latão cromado. Deverão ser fixados obedecendo aos eixos dos lavatórios e altura conforme projeto. Nos sanitários destinados às pessoas portadoras de deficiência, a altura até a borda inferior deve ser de no máximo 90 cm.

16. Louças:

Bacia sanitária serão instalada com caixa de descarga acoplada vogue Plus da marca Deca ou similar na cor branca com dimensões de comprimento de 610 mm; largura 360 mm; altura 440 mm c/assento. As bancadas de pia receberam cuba de aço inox, serão instaladas as peças conforme as indicações do fabricante; com torneira aço inox ou similares e com acessório completo.

17. Extintores:

Os extintores de incêndio serão localizados em lugares visíveis e de fácil acesso pelo usuário;

18. Elevador:

O elevador para cadeirante tipo plataforma elevatória Vertiline ideal para economizar espaço, tipo cabine lados adjacentes, com painéis em galvalume, branco PL 200, estrutura em aço inox, será instalado de acordo com a especificação do fabricante dentro da norma NBR-9050;

19. Bancos:

Bancos de concreto serão executados em alvenaria de tijolos conforme detalhe contido no projeto arquitetônico.

20. Mastro:

Serão de ferro galvanizado pintado na cor branca com suporte de ferro para amarração da bandeira próximo a base, com 6 m de altura. obedecendo ao detalhe contido no projeto arquitetônico.

21. Portão Principal

Portão formados com barra verticais de ferro, com perfis cilíndricos de aproximadamente 3 cm de diâmetro (ou quadrados de 3xcm), soldados em barras horizontais 9 inferior e superior).

De acordo com o projeto o muro será substituto pela grade instalado em cima de mureta de alvenaria de 50 cm de altura.

Memorial de Paisagismo

O paisagismo também foi pensado no projeto, no intuito de contribuir para o bem estar das pessoas, contemplando um ambiente mais agradável. As árvores que estão muito próximas da edificação serão retiradas para não danificar a estrutura do prédio, e as outras existentes no terreno serão preservadas e podadas para reduzir o volume das folhagens.

Outras vão entrar para contribuir e embelezar o ambiente, com objetivo de integrar as edificações distribuídas no terreno, despertando a comunidade um novo olhar proporcionado pelos espaços projetados a seus usuários.

O paisagismo foi contemplado com gramas, plantas altas e baixas associando a natureza e a instituição. Na figura 97 mostra-se a proposta da planta de paisagismo com legenda em código (figura 98) identificando o nome de cada vegetação que serão utilizados no projeto.

Figura 97: Planta de Paisagismo



Fonte: PACHECO, Olga.2018.

Figura 98: Legenda de código.

LEGENDA					
COD.01		Heliônia-Papagaio	COD.09		Palmeira Cica
COD.02		Grama Esmeralda	COD.10		Árvore Nim
COD.03		Ixória vermelha	COD.11		Unha de Gato
COD.04		Vinca	COD.12		Alamanda (amarela)
COD.05		Orze Horas	COD.13		Cravo-Amarelo
COD.06		Mangueira	COD.14		Pingo de Ouro
COD.07		Ipê de Mirim	COD.15		Árvore existente (Samaúma)
COD.08		Palmeira Manila	COD.16		Sebo Branco

Fonte: PACHECO, Olga.2018.

O quadro abaixo mostra a identificação das plantas com nomes científicas e populares.

Quadro 05: Paisagismo

 <p>COD. 01</p>	<p>Nome Científica: <i>Heliconia psittacorum</i> Nomes Populares: Helicônia papagaio, Caetezinho, Planta papagaio, Tracoá Família: Heliconiaceae Categoria: Arbustos, Arbustos Tropicais Clima: Equatorial, Subtropical, Tropical Origem: América do Sul, Brasil Altura: 4 a 6 metros Luminosidade: Meia sombra Ciclo de vida: Perene</p>
 <p>COD. 02</p>	<p>Nome Científica: <i>Zoysia japonica</i> Nomes Populares: Grama Esmeralda Família: Poaceae Categoria: Gramados Clima: Equatorial, Mediterrâneo, Subtropical, Temperado, Tropical Origem: Ásia, China, Japão Altura: menos de 15 cm Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>
 <p>COD. 03</p>	<p>Nome Científica: <i>Ixora chinensis</i> Nomes Populares: Ixora chinesa, Alfinete-gigante Família: Rubiaceae Categoria: Arbusto, arbustos Tropicais, Cerca Vivas, flores Perenes Clima: Equatorial, Oceânico, Subtropical, Tropical Origem: Ásia, China, Malásia Altura: 1.2 a 1.8 metros Luminosidade: Meia Sombra Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>
 <p>COD. 04</p>	<p>Nome Científica: <i>Catharanthus roseus</i> Nomes Populares: Vinca Boa-noite, Bom-dia, Maria - sem -vergonha Família: Apocynaceae Categoria: Flores Anuais, flores Perenes Clima: Equatorial, Subtropical, Tropical Origem: África, América Central, América do Norte, América do Sul, Europa Altura: 0.1 a 0.3 metros Luminosidade: Meia Sombra Sol Pleno Ciclo de vida: Bienal, Perene</p>

 <p style="text-align: center;">COD. 05</p>	<p>Nome Científica: Portulaca Grandiflora Nomes Populares: Onzes-horas Família: Portulacaceae Categoria: Cacto e Suculentas, Flores Anuais Clima: Continental, Equatorial, Tropical Origem: Argentina, Brasil e Uruguai Altura: 0.1 a 0.3 metros menos de 15 cm Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Anual, Bienal, Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 06</p>	<p>Nome Científica: Mangifera Nomes Populares: Mangueira Família: Anacardiaceae Categoria: Arvores Frutífera Clima: Equatorial, Subtropical, Tropical. Origem: Ásia Altura: 12 metros Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 07</p>	<p>Nome Científica: Tecoma Stans Nomes Populares: Ipê-de-Jardim, Amarelinho, Bignônia-amarela, Carobinha, Ipê-mirim, Sinos-amarelo Família: Bignoniaceae Categoria: Arvores Ornamentais, Plantas Daninhas Clima: Equatorial, Oceânico, Subtropical, Tropical Origem: América do Sul, América do Sul, Estados Unidos, México Altura: 3 a 3,6 metros Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 08</p>	<p>Nome Científica: Vieitchia meirillii Nomes Populares: Palmeira Manila Família: Arecaceae Categoria: Arvores Ornamental Clima: Subtropical, Tropical. Origem: Filipinas Altura: 4 a 8 metros Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>

 <p style="text-align: center;">COD. 09</p>	<p>Nome Científica: <i>Cycas revoluta</i> Nomes Populares: Palmeira Cica Família: Cicadaceae Categoria: Arbusto Clima: Equatorial, Oceânico. Origem: Ásia, Indonésia, Japão. Altura: 3 a 3,6 metros Luminosidade: Sol Pleno, Meia Sombra. Ciclo de vida: Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 10</p>	<p>Nome Científica: Nomes Populares: Arvore Nim Família: Meliaceae Categoria: Árvores de sombra Clima: Tropical, subtropical Origem: Asiática Altura: 3 a 3,6 metros Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 11</p>	<p>Nome Científica: <i>Ficus pumila</i> Nomes Populares: Unha de Gato, Herinha Família: Moraceae Categoria: Arbustos trepadeiras Clima: Equatorial, Subtropical, Tropical. Origem: Ásia, China, Japão, Vietnã Altura: 9 a 12 metros Luminosidade: Sol Pleno, Meia Sombra. Ciclo de vida: Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 12</p>	<p>Nome Científica: <i>Allamanda cathartica</i> Nomes Populares: Alamanda, dedal – de- dama. Família: Apocynaceae Categoria: Ornamental Clima: Equatorial, Subtropical, Tropical Origem: Argentina, México. Altura: 3,5 metros Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>

 <p style="text-align: center;">COD. 13</p>	<p>Nome Científica: <i>Tagetes erecta</i> Nomes Populares: Cravo Amarelo, cravo da Índia Família: Asteraceae Categoria: Flores anuais Clima: Equatorial, Oceânico, Subtropical, Tropical Origem: América do Norte, México. Altura: 0,1 a 0,3 metros Luminosidade: Sol Pleno, Meia Sombra. Ciclo de vida: Anual</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 14</p>	<p>Nome Científica: <i>Duranta erecta aurea</i> Nomes Populares: Pingo de Ouro Família: verbenaceae Categoria: Arbusto Clima: Equatorial, Subtropical, Tropical Origem: América do Sul, Brasil Altura: 3,6 a 4,6 metros Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 15</p>	<p>Nome Científica: <i>Ceiba pentandra</i> Nomes Populares: Samaúma Família: bmbacaceae Categoria: Árvores de sombra Clima: Equatorial, Oceânico, Subtropical, Tropical Origem: América do Sul, África Altura: 10 metros Luminosidade: Sol Pleno Ciclo de vida: Perene</p>
 <p style="text-align: center;">COD. 16</p>	<p>Nomes Populares: Dolomites Brancas Família: Pedras de Seixos Característica: Tamanhos: Brita 0 e 1, Pedra 5 e 6</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, pode-se concluir que sua relevância e contribuição, consistem na análise, atenta de seus principais sujeitos históricos e levantamento das problemáticas que constituem a realidade do Acervo Patrimonial Amapaense, o que estimula a apresentar este projeto pautado na revitalização da Escola Estadual Barão de Rio Branco, cuja sede, encontra-se em estado de abandono e depreciação física e simbólica, haja vista que este estudo propõe uma relação entre teoria e prática acadêmica, oportunamente viabilizada por uma possível intervenção, a fim de enfatizar a importância desses prédios enquanto lugares de memória e afirmação identitária da cultura do povo amapaense.

Acredita-se que com este projeto de revitalização, possa-se oferecer as vertentes do mundo arquitetônico, cujas contribuições metodológicas e epistemológicas, não redundam na descaracterização da essência deste, dada a sua notória importância para a compreensão das especificidades do povo e seus costumes sociais e culturais.

Como base nesta pesquisa, é indispensável à importância de trabalhar dentro e fora da escola, a Educação Patrimonial, assim conscientizará alunos e a comunidades a valorizar o seu patrimônio, participando da manutenção do imóvel para manter a conservação do seu legado histórico, promovendo a consciência da comunidade, sensibilizando que, através da preservação pode-se evitar a perda da identidade do local. Na medida em que a apropriação desses espaços seja feita pela comunidade, certamente fomentará a sua revitalização e usufruto pela mesma, que o tem como legado histórico. Encontrando neste constructo, a verdadeira premissa do conceito de Patrimônio e sua interface com a Arquitetura, ou seja, a valorização da experiência e da inteligência humana, impressa em cada um dos caracteres destes monumentos.

Tratando-se de uma instituição estadual, a Escola Barão do Rio Branco, além de ser o primeiro prédio construído em alvenaria com características neocolonial, em Macapá, contribuindo para o desenvolvimento da cidade desde o ano de 1946, encontrando-se desprezado pelo descaso das autoridades do Estado. Comprovados a partir dos resultados levantados do mapa de danos, apresentando várias patologias, em processo de degradação, comprometendo todas as partes estruturais da edificação, analisa-se que o objeto de estudo necessita, em caráter urgente, de cuidados para não perder a sua identificação, e permitindo o prolongamento da sua vida útil.

Diante desta situação e observação o projeto de revitalizar busca além dar nova vida para o conjunto arquitetônico, permanecendo a mesma função, adapta-la a sinalização tátil no piso dentro da Norma da ABNT 9050/2015 devido à necessidade dos alunos com deficiência.

Destarte-se ainda o jardim, que além de embelezar a área externa da escola, também contribui para melhoramento térmico da temperatura, revigorando as vegetações existentes no local, fundamental para resgatar a memória guardada daqueles que vivenciou o crescimento educacional no Amapá, e de todos os amapaenses, que encontram nesses espaços, importantes ambientes de sociabilidade e vivificação cultural.

Deste modo e considerando estes elementos comprobatórios desta realidade, procurou-se estudar e inventariar os diversos caminhos que perfazem essa importante dimensão da cultura material e simbólica, devidamente enfatizadas e elucidadas pela Arquitetura, que retornará aos seus mais importantes sujeitos, o direito de interagir e enriquecer a cultura local, por meio de seus espaços e monumentos arquitetônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- AMAPÁ, Governo do Território Federal, Relatório de Atividades de Governo, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Instituto do Programa Monumenta Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br>>. Acesso em: 08 jul. 2016.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Artes & Ofícios).
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: contexto, 2011.
- Dossiê. **Macapá: Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá/AP**, 2009.
- FURTADO, Alciane Franklin, et al. **Atividade avaliativa da disciplina Técnicas Retrospectiva, do curso Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo**. UNIFAP, 2014.
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Elaboração de projetos de implantação para construção de escolas que utilizam os projetos-padrão do FNDE**. Maio, 2009.
- GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru, SP: Canal 6, 2008.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- HOFFMANN, Carmen Anita1 et al. **Patrimônio histórico, artístico e cultural na arquitetura: Uma trajetória a ser perseguida permanentemente**. XVI Mostra de Iniciação Científica. Rio Grande do Sul, p. 2-4, 2011. Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/seminário>. Acesso em: 03 jul. 2016.
- IPHAN: Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá/AP, 2009.
- KLEIN, D. L. **Apostila do Curso de Patologia das Construções**. Porto alegre, 1999 – 10º Congresso Brasileiro de engenharia de Avaliações e Perícias.
- LAZÁRO, João. **Porta-retratos - Macapá/Amapá de outrora**: Escola Barão do Rio Branco. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/> Acessado em 25 de fevereiro de 2016.

LAZÁRO, João. **Porta-retratos - Macapá/Amapá de outrora**: Governo de Janary Nunes. Disponível em: <http://porta-retrato-ap.blogspot.com.br/> Acessado em 25 de fevereiro de 2016.

MACAPÁ. Prefeitura Municipal de Macapá. **Plano diretor de Macapá. Lei de uso e ocupação do solo: Zoneamento**. Macapá: Prefeitura de Macapá, 2004.

Lei Orgânica do Município de Macapá 06/1992

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: brasiliense, 1981.

LONDRES, Cecília. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea**. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/.../FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf.

Acesso em: 02 jul. 2016.

PORTAL DA SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, **Governo do Estado do Amapá**. Disponível em: <http://www.seed.ap.gov.br/index.php>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

RODRIGUES, Edgar. **Achei Macapá: Escola Estadual Barão do Rio Branco**. Disponível em: <http://www.acheimacapa.com.br/noticia/191/escola-barao-dorio-branco#.VxBYUnErLIU>. Acessado em 25 de fevereiro de 2016.

RODRIGUES, Edgar. **Ache tudo e Região: Os primeiro bairros de Macapá**. Disponível em: http://www.achetudoeregiao.com.br/ap/macapa/Os_primeiros_bairros.htm Acessado em 4 de Abril de 2016.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 5ª a 8ª séries**. História. Brasília: MEC/SEF, 1998.

UEMOTO, K.L. **Patologia: Danos causados por eflorescência**. Tecnologia de edificações, São Paulo. PINI, IPT-Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Coletâneo de Trabalho.

VERÇOZA, E.J. **Patologia das Edificações**. Porto Alegre, Editora Sagra, 1991. 172p.

APÊNDICES

Apêndice A - Levantamento de danos – Bloco Principal - Térreo

Apêndice B - Levantamento de Danos – 1º Pavimento

Apêndice C - Levantamento de danos do Anexo A

Apêndice D - Levantamento de Danos do Anexo B

Apêndice E - Levantamento de Danos Área Externa

Ficha 01 – Levantamento do Entorno

Ficha 01/05 - Skyline

Ficha 02/05 - Skyline

Ficha 03/05 - Skyline

Ficha 04/05 - Skyline

Ficha 05/05 - Skyline

Ficha 01/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 02/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 03/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 04/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 05/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 06/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 07/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 08/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 09/13– Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 10/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 11/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 12/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

Ficha 13/13 – Levantamento do Entorno Fotográfica

ANEXOS